

R\$ 3,06 TRILHÕES JÁ REPRESENTAM 54,8% DO PIB

BC diz que crédito cresce em ritmo estável

Operações avançam 1,2% em março e acumulam avanço de 11,2% em 12 meses

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Tulio Maciel, disse nesta sexta-feira que os números relativos às operações de crédito em março mostram que o mercado de empréstimos está “em ritmo de crescimento constante, estável”.

A autoridade monetária havia divulgado que as operações de crédito somaram R\$ 3,06 trilhões no mês passado, 1,2% mais que em fevereiro. Em 12 meses, o crescimento foi de 11,2%.

O montante representou 54,8% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos em um país). O volume correspondia a 52,2% em março de 2014. As informações foram divulgadas nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC).

Do montante das operações de crédito, R\$ 1,62 trilhão são de pessoas jurídicas e R\$ 1,438 trilhão de pessoas físicas. O saldo de operações envolvendo pessoas jurídicas cresceu 1,6% em comparação a fevereiro e 10% em doze meses. No caso de pessoas físicas, houve alta mensal de 0,8%, e a anual de 12,6%.

O crédito com recursos livres, em que os bancos têm autonomia para aplicar o dinheiro captado, somou R\$ 1,57 trilhão. Houve alta de 0,8% em comparação a fevereiro e de 5,2% em doze meses.

O crédito com recursos direcionados, em que os empréstimos devem seguir regras definidas pelo governo, alcançou saldo de R\$ 1,48 trilhão, registrando alta de 1,6% no mês e de 18,4% em doze meses.

Os financiamentos a pessoas físicas totalizaram R\$ 652 bilhões, expansão mensal de 1,3%, impulsionada pelo crédito imobiliário. Nas operações destinadas às empresas, saldo de R\$ 830 bilhões, o aumento de 1,8% foi determinado, principalmente, pelo desempenho dos financiamentos para investimentos com recursos do BNDES, condicionado pelo aumento dos desembolsos e pelos efeitos da depreciação cambial do período.

O BC projeta crescimento de 11% para o estoque das operações de crédito em 2015. “Essa situação de crescimento estável ocorre em um quadro de inadimplência baixa e em um ambiente de



Tulio Maciel: ‘Ocorre em um quadro de inadimplência baixa e em um ambiente de elevação dos juros’

elevação dos juros”, destacou Maciel, em coletiva de imprensa para comentar os dados de março.

Juros

Os juros para pessoas físicas continuaram em patamar elevado em março. De acordo com dados divulgados pelo BC, a taxa média de juros com recursos livres - que podem ser aplicados livremente pelos bancos - ficou em 54,4% ao ano. O número superou a taxa de 54,3% ao ano de fevereiro, até então a maior da série histórica do BC, iniciada em março de 2011.

Boa parte do aumento dos juros deveu-se ao cheque especial, cuja taxa média anual

chegou a 220% ao ano em março. O valor é o maior em 19 anos. Anteriormente, a maior taxa havia sido a de março de 1996, de 217,71% ao ano. A série histórica do BC para juros do cheque especial começa em 1994.

Os juros do cartão de crédito também contribuíram para o resultado. A taxa global ficou em 79,1% ao ano no mês passado, a maior desde setembro de 2012. A análise engloba os juros para aquisições parceladas e para o crédito rotativo. A taxa para compras parceladas, de 111,5% ao ano, caiu 0,6 ponto percentual em relação a fevereiro. No entanto, os juros para o crédito rotativo no cartão atingiram 345,8% ao ano, o maior valor desde o

início da série histórica do BC, em março de 2011.

Inadimplência

A inadimplência com recursos livres para pessoas físicas e jurídicas ficou em 4,4% em março, estável tanto em relação a fevereiro quanto na comparação com o mesmo mês do ano passado.

O chefe do Departamento Econômico atribuiu os juros mais altos às elevações da Selic, taxa básica de juros da economia, atualmente em 12,75% ao ano. “Isso a elevação dos juros segue principalmente o ciclo de política monetária”, disse Maciel. Ele destacou, em março, o crescimento das operações envolvendo o crédito consignado, principalmente entre os aposentados.

De acordo com dados do BC, o saldo dessas operações cresceu 0,9% em março em relação a fevereiro, e 12,8% em 12 meses. Quando levados em conta somente os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), grupo que engloba os aposentados, a alta fica em 1,7% no mês e em 16,3% em 12 meses. Segundo Tulio Maciel, isso ainda é reflexo de um aumento dos prazos para pagamento do consignado, anunciado pelo governo no final do ano passado.

Outro motivo, disse ele, pode ser a busca de crédito com juros mais baixos, no atual cenário de elevação.

Geração de caixa da Rumo será negativa até 2019

O plano de investimentos da Rumo Logística, revelado durante teleconferência, deve fazer com que a geração de fluxo de caixa continue negativa até 2019, enquanto a alavancagem deve ficar próxima de 5,5 vezes, de acordo com relatório do Credit Suisse.

O banco destaca que o planejamento mostra uma combinação de Ebitda 17% acima do esperado em 2019 em conjunto com a implantação de capex 132% maior, o que comprometeria a geração de caixa da empresa.

Segundo o Credit Suisse, esse impulso significativo no capex só deve se materializar caso a Rumo consiga acertar com o governo uma renovação de concessões por mais 30 anos. Nesse cenário, a substituição diminuiu o preço alvo das ações da Rumo, passando de R\$ 2,95 por papel para R\$ 2,40 por ação.

O Credit Suisse ainda destaca que, considerando as perspectivas desafiadoras no aspecto operacional de curto prazo, a reavaliação da Rumo depende de alguns aspectos a serem atingidos, como o gerenciamento da dívida, a renovação de concessões e a devolução de trechos não rentáveis.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1)		Demonstração do Resultado do exercício (Em Reais 1)		Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto (Em Reais 1)	
	2014	2013	Período de 01/01/2014 a 31/12/2014	Período de 01/01/2013 a 31/12/2013	Período de 01/01/2014 a 31/12/2014
Ativo Circulante	312.959.696	272.657.383	188.956.431	150.099.625	39.021.362
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	267.572.992	238.245.526	188.956.431	150.099.625	259.491.755
Caixa e bancos	2.740.651	2.016.763	182.182.355	142.259.022	280.452.196
Aplicações financeiras de liquidez imediata	40.988.190	30.083.100	3.149.988	3.762.877	48.675.631
Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis	4.010	4.010	33.906	540.605	2.168.822
Sistema único de saúde	41.239.971	28.455.690	3.590.182	3.537.121	347.413
Convênios médicos e atendimentos particulares	966.158	2.493.926	(2.251.201)	(2.192.377)	517.852
Outras contas e receber (Nota 5)	(1.217.939)	(670.526)	(23.900.801)	(21.053.488)	144.227
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.398.514	4.328.757	(3.590.182)	(3.537.121)	390.241
Estoques	4.398.514	4.328.757	(166.664)	(157.285)	3.539.275
Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6)	4.398.514	4.328.757	(166.664)	(157.285)	(11.322.260)
Ativo não Circulante	26.205.760	19.198.538	159.047.583	123.158.994	249.626.930
Realizável a Longo Prazo	3.768	138.702	(45.310.307)	(37.198.538)	(35.282.383)
Contingências judiciais	25.282.526	18.051.554	(19.718.664)	(16.454.926)	(30.953.626)
Imobilizado (Nota 7)	16.576.561	12.218.799	114.815.185	86.837.907	(4.328.757)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.599.723	1.586.675	(93.607.138)	(82.629.222)	1.782.938
Equipamentos de informática	734.466	206.413	(59.591.587)	(52.566.437)	1.193.663
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	273.249	273.249	(19.718.664)	(16.454.926)	14.321.942
Veículos	796.376	678.523	(9.335.783)	(9.759.297)	7.063.038
Móveis e Utensílios	81.507	4.444.831	(2.168.822)	(1.903.464)	1.908.168
Imobilizações em andamento	8.687.111	325.079	(2.792.282)	(1.945.098)	1.041.208
Beneficentários em imóveis de terceiros	157.614	119.950	1.077.909	877.451	4.305.760
Outras imobilizações	(3.624.081)	(1.801.965)	27.574.427	19.769.109	464.142
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	919.466	1.008.282	(106.843)	(88.222)	2.125
Intangíveis	1.419.938	1.254.008	27.574.427	19.769.109	4.305.760
Direitos de uso de softwares	(500.472)	(245.726)	21.297.142	12.495.329	1.908.168
(-) Amortizações acumuladas	339.165.456	291.855.921	(21.297.142)	(12.495.329)	104.208
Total do Ativo	339.165.456	291.855.921	21.297.142	12.495.329	4.305.760
Passivo Circulante	16.104.880	14.321.942	21.297.142	12.495.329	1.908.168
Fornecedores	8.256.701	7.063.038	(4.771.427)	(4.396.875)	940.768
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 8)	2.026.963	1.908.168	(4.380.807)	(2.150.061)	940.768
Adiantamentos de clientes	108.421	104.208	(12.144.908)	(5.948.393)	940.768
Provisão para férias e encargos	4.769.902	4.305.760	48.675.631	23.889.572	4.305.760
Outras contas a pagar	942.893	940.768	48.675.631	23.889.572	940.768
Passivo não Circulante	4.407.718	4.017.477	4.407.718	4.017.477	4.407.718
Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas	4.407.718	4.017.477	4.407.718	4.017.477	4.407.718
Patrimônio Líquido	318.652.858	273.516.502	249.626.930	23.889.572	249.626.930
Patrimônio social (Nota 9)	318.652.858	273.516.502	249.626.930	23.889.572	249.626.930
Patrimônio social	269.977.227	249.626.930	23.889.572	(23.889.572)	249.626.930
Superávit/(déficit) do exercício	48.675.631	23.889.572	249.626.930	23.889.572	249.626.930
Total do Passivo	339.165.456	291.855.921	21.297.142	12.495.329	4.305.760

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

Demonstração do Resultado do exercício (Em Reais 1)		Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto (Em Reais 1)	
	Período de 01/01/2014 a 31/12/2014	Período de 01/01/2013 a 31/12/2013	Período de 01/01/2014 a 31/12/2014
Receita com Prestação de Serviços em Saúde	188.956.431	150.099.625	39.021.362
Prestação de serviços de atendimentos hospitalares	188.956.431	150.099.625	259.491.755
Convênios de saúde privados	182.182.355	142.259.022	280.452.196
Atendimentos a não conveniados	3.149.988	3.762.877	48.675.631
Sistema único de saúde	33.906	540.605	2.168.822
Outros serviços hospitalares - gratuidades	3.590.182	3.537.121	347.413
Deduções das Receitas	(29.908.848)	(26.940.631)	517.852
Glossos de convênios	(2.251.201)	(2.192.377)	144.227
Repasses	(23.900.801)	(21.053.488)	3.539.275
Serviços hospitalares - gratuidades	(3.590.182)	(3.537.121)	(11.322.260)
Descontos e abatimentos	(166.664)	(157.285)	(30.953.626)
Receita Operacional Líquida	159.047.583	123.158.994	249.626.930
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(45.310.307)	(37.198.538)	1.782.938
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	(45.310.307)	(37.198.538)	1.193.663
Resultado Operacional Bruto	114.815.185	86.837.907	1.908.168
Receitas e Despesas Operacionais	(93.607.138)	(82.629.222)	1.908.168
Despesas com pessoal	(59.591.587)	(52.566.437)	1.908.168
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	(19.718.664)	(16.454.926)	4.305.760
Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas	(9.335.783)	(9.759.297)	940.768
Depreciações e amortizações	(2.168.822)	(1.903.464)	1.041.208
Outras despesas gerais e administrativas	(2.792.282)	(1.945.098)	1.041.208
Outras receitas operacionais (Nota 10)	1.077.909	877.451	4.305.760
Superávit/(Déficit) do Exercício antes das Despesas e Recargas Financeiras	21.208.047	4.208.685	249.626.930
Despesas e receitas financeiras	27.467.584	19.680.887	249.626.930
Despesas financeiras	(106.843)	(88.222)	249.626.930
Receitas financeiras	27.574.427	19.769.109	249.626.930
Superávit/(Déficit) do Exercício antes das Participações Beneficentárias	48.675.631	23.889.572	249.626.930
Benefício Tributário Auferido	21.297.142	12.495.329	249.626.930
Isenções e Imunidades (Nota 13)	(21.297.142)	(12.495.329)	249.626.930
COFINS	(4.771.427)	(4.396.875)	249.626.930
Contribuição social sobre o Lucro	(4.380.807)	(2.150.061)	249.626.930
Imposto de renda pessoa jurídica	(12.144.908)	(5.948.393)	249.626.930
Superávit/(Déficit) do Exercício	48.675.631	23.889.572	249.626.930

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Conta	Período de 01/01/2014 a 31/12/2014 (Em Reais 1)		
	Superávit e Déficit Acumulados	Superávit do Exercício	Total
Saldos em 01/01/2013	-	-	-
Patrimônio verido de outra entidade congênere	249.626.930	-	249.626.930
Superávit/(déficit) do exercício	-	23.889.572	23.889.572
Saldos em 31/12/2013	249.626.930	23.889.572	273.516.502
Transferência para patrimônio social	23.889.572	(23.889.572)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(3.539.275)
Superávit/(déficit) do exercício	-	48.675.631	48.675.631
Saldos em 31/12/2014	269.977.227	48.675.631	318.652.858

Políticas Contábeis e Notas Explicativas

1. Informações Gerais.

O Hospital São Vicente de Paulo, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do CRM/RJ; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Fomentar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucro; c) Resolução 1.255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira - e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:

2.1. Caixa e equivalentes de caixa.

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2. Contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3. Estoques.

São apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4. Investimentos.

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5. Imobilizado.

São mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa - imóveis e equipamentos de maior valia - estão registrados ao valor recuperável destes ativos.

2.6. Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações.

São obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais - unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.

2.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou

Direito & Meio Ambiente

Desmatamento inconsequente

A floresta tem sido muito mal tratada pela voracidade da estrutura econômica atingindo áreas cuja devastação torna inviável o restabelecimento das áreas atingidas, tornando-as improdutivas. É hora de anotarmos neste aspecto nosso Novo Código Florestal, a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, cujo artigo 1º impõe as normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e de reserva legal. Disciplina também a exploração florestal, o suprimento de matéria prima florestal, bem como o controle da origem dos produtos florestais e controle e prevenção dos incêndios nas florestas, prevendo instrumentos econômicos e financeiros para atingir seus objetivos.

Sempre levando em consideração o desenvolvimento sustentável, o primeiro de seus princípios é a afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação de suas florestas, demais formas de vegetação nativa e biodiversidade. Conclui-se assim que esta lei devidamente aplicada irá ser o maior atributo para a conservação de nossa área florestal. Infelizmente, em um país com o volume de nossas incontáveis florestas, controle e fiscalização quando realizados são mais lentos que o deslocamento de uma tartaruga. Pior ainda é que muitas áreas destinadas imprópriamente a outras atividades provoca alterações ecológicas cobertas pelo manto da irrecuperação. Em ocasião passada fizemos a referência em colunas deste jornal de suas consequências nocivas. Como exemplo poderíamos dar como referência incontáveis áreas de plantio de eucalipto, destinada à celulose e que se tornam praticamente áreas mortas afetando a biodiversidade em um ponto em que essas áreas tornam-se inúteis para qualquer cultura e até para a vida animal.

Bem a propósito, destaco excelente texto

contido na revista *Galileu*, Editora Globo, página 14, cuja autoria é de Bruno Vaiano, que, de forma bem objetiva, destaca que “um grupo de cientistas do Instituto de Tecnologia Massachusetts (MIT) descobriu que a pegada ambiental da era pré-industrial não é tão limpa o quanto imaginávamos. Há mais de mil anos, um trecho da densa e rica floresta da ilha africana de Madagascar foi substituído por monótonas pastagens. O problema é que no período, não foram registradas transformações climáticas naturais que pudessem explicar o fenômeno.” “Percebemos uma mudança na vegetação da região sem alteração correspondente no regime de chuvas”, afirma Stephen Burns, líder da equipe e professor de Geociências da Universidade de Massachusetts. “Além do mais, está provado que a temperatura da ilha não se modificou significativamente na época do desflorestamento”, ou seja, há dedo do homem neste problema.

Os pesquisadores estudaram as alterações ambientais daquele período com ajuda das estações, formações rochosas encontradas principalmente em cavernas e que podem ser datadas com base na concentração dos elementos químicos urânio e tório. Ao encontrar o trecho de estalagmite da época, não foram percebidas variações nas concentrações de oxigênio, o que indicaria uma mudança significativa no regime de chuvas. “O fogo é um artifício antigo, e comunidades pré-industriais provavelmente o usavam com mais frequência do que imaginávamos para alterar as paisagens”, afirma Burns. Trocar porções de florestas por rebanhos de gado, infelizmente, é *vintage*.

Sendo assim, os estudos com formações rochosas revelam que os homens são responsáveis por devastações de florestas há mais de um milênio.

▣ **Desembargador Sidney Hartung Buarque**
Mestre em Direito Civil



Centro da LBV faz 20 anos a serviço da educação

Há 20 anos a capital fluminense ganhou o Centro Educacional José de Paiva Netto, da Legião da Boa Vontade (LBV). Em 2011, o trabalho ampliou-se, com o Centro Comunitário de Assistência Social.

Desde a década de 1980, o diretor-presidente da LBV, José de Paiva Netto, vinha se dedicando à criação de unidades de ensino de excelência pelo país, com proposta pedagógica inovadora, possibilitando alcançar ótimos resultados.

A unidade carioca atende a mais de 600 alunos, provenientes das comunidades da

Guarda, Jacarezinho, Parque Everest, Nova Brasília, Mangueiros, Parque União de Del Castilho, Complexo do Alemão, Águia de Ouro e Comunidade do Escol, localizadas no entorno da escola, localizada em Del Castilho. Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II, as crianças têm grade curricular diferenciada, visando ao desenvolvimento ético, artístico e cultural.

No período de contrato escolar, os estudantes têm a oportunidade de participar de oficinas de artes, dança, informática, biblioteca, judô, futsal, capoeira e esportiva

Varejo do Rio otimista com Dia das Mães

Pesquisa do Centro de Estudos do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio), que ouviu mais de 500 lojistas da cidade do Rio de Janeiro mostra que os empresários estimam vender 2% a mais no Dia das Mães, a maior data comemorativa do comércio depois do Natal.

A pesquisa contou com a participação de empresários dos setores de vestuário, calçados e bolsas, joias e bijuterias, perfumaria e cosméticos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis e telefonia celular.

Aldo Gonçalves, presidente do CDL-Rio, disse que os lojistas estão moderadamente otimistas com as vendas no Dia das Mães e a estimativa de crescimento de apenas 2% reflete o fraco movimento comercial dos últimos três meses e o cenário econômico atual, com desemprego alto, inflação e juros altos, que fizeram o consumidor perder o poder de compra.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1)		
	2015	2014
Ativo Circulante	374.789.918	312.959.696
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	330.422.234	267.572.992
Caixa e bancos	2.308.499	2.740.651
Aplicações financeiras de liquidez imediata	328.113.735	264.832.341
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	39.924.752	40.888.190
Convênios médicos e atendimentos particulares	37.768.969	41.239.971
Outras contas a receber (Nota 5)	2.742.040	966.158
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(586.257)	(1.217.939)
Estoques	4.442.932	4.398.514
Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6)	4.442.932	4.398.514
Ativo Não Circulante	30.366.215	26.205.760
Realizável a Longo Prazo	26.871	3.768
Contingências judiciais	26.871	3.768
Imobilizado (Nota 7)	29.336.343	25.282.526
Máquinas, aparelhos e equipamentos	17.369.563	16.576.561
Equipamentos de informática	2.867.436	1.599.723
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	2.805.269	734.466
Veículos	273.249	273.249
Móveis e Utensílios	1.089.000	796.376
Imobilizações em andamento	64.098	81.507
Beneficentários em imóveis de terceiros	10.916.166	8.687.111
Outras imobilizações	157.613	157.614
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(6.206.051)	(3.624.081)
Intangíveis	1.003.001	919.466
Direitos de uso de softwares	1.854.450	1.419.938
(-) Amortizações acumuladas	(851.449)	(500.472)
Total do Ativo	405.156.133	339.165.456
Passivo Circulante	17.863.463	16.104.880
Fornecedores	8.135.254	8.256.701
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	5.252.443	4.769.902
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9)	2.589.183	2.026.963
Adiantamentos de clientes	109.741	108.421
Outras contas a pagar	1.776.842	942.893
Passivo Não Circulante	4.869.162	4.407.718
Prov. p/contingências judiciais cíveis e trabalhistas	4.869.162	4.407.718
Patrimônio Líquido	382.423.508	318.652.858
Patrimônio social (Nota 10)	382.423.508	318.652.858
Patrimônio social	315.595.328	269.977.227
Superávit / (Déficit) do exercício	66.828.180	48.675.631
Total do Passivo	405.156.133	339.165.456

Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1)		
	31/12/2015	31/12/2014
Receita com prestação de serviços em saúde	206.741.149	188.956.431
Prestação de Serv. de Atendimentos Hospitalares	206.741.149	188.956.431
Convênios de saúde privados	198.746.860	182.182.355
Atendimentos a não conveniados	3.118.122	3.149.988
Sistema único de saúde	-	33.906
Outros serviços hospitalares - gratuidades	4.876.167	3.590.182
Deduções das Receitas	(33.926.018)	(29.908.848)
Glosas de convênios	(1.762.318)	(2.251.201)
Repasses	(26.757.396)	(23.900.801)
Serviços hospitalares - gratuidades	(4.876.167)	(3.590.182)
Descontos e Abatimentos	(530.137)	(166.664)
Receita Operacional Líquida	172.815.131	159.047.583
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(47.225.540)	(45.310.307)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 11)	(47.225.540)	(45.310.307)
Resultado Operacional Bruto	126.904.688	114.815.185
Receitas e Despesas Operacionais	(98.230.462)	(93.607.138)
Despesas com pessoal (Nota 12)	(64.691.735)	(59.591.587)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 13)	(20.511.873)	(19.718.664)
Serv. técnicos especial, de pessoas físicas e jurídicas	(8.080.047)	(9.335.783)
Depreciações e amortizações	(3.060.293)	(2.168.822)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.886.514)	(2.792.282)
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	1.315.097	1.077.909
Superávit/(Déficit) do Exercício antes das Despesas e Receitas Financeiras	28.674.226	21.208.047
Despesas e Receitas Financeiras	(38.153.954)	27.467.584
Despesas Financeiras	(88.457)	(106.843)
Receitas Financeiras	38.242.411	27.574.427
Superávit/(Déficit) do Ex. antes das Participações	66.828.180	48.675.631
Benefício Tributário Auferido	27.882.035	21.297.142
Isenções e Imunidades (Nota 15)	(27.882.035)	(21.297.142)
COFINS	(5.184.454)	(4.771.427)
Contribuição Social sobre o Lucro	(6.014.536)	(4.380.807)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(16.683.045)	(12.144.908)
Superávit/(Déficit) do Exercício	66.828.180	48.675.631

até a data do encerramento do exercício. Em relação aos ativos e passivos não financeiros - contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar - não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste. **2.11. Receitas, Custos e Despesas.** As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos. **3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados.** Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saído de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a. Risco de crédito:** representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos. **b. Risco de liquidez:** representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas. **c. Risco operacional:** representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

2015 - Em Reais (1)				
	2015 - Em Reais (1)	2014 - Em Reais (1)	2013 - Em Reais (1)	2012 - Em Reais (1)
Caixa e equivalentes de caixa	330.422.234	267.572.992	267.572.992	267.572.992
Caixa e bancos	2.308.499	2.740.651	2.740.651	2.740.651
Aplicações financeiras de liquidez imediata	328.113.735	264.832.341	264.832.341	264.832.341
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	39.924.752	40.888.190	40.888.190	40.888.190
Convênios médicos e atendimentos particulares	37.768.969	41.239.971	41.239.971	41.239.971
Outras contas a receber	2.742.040	966.158	966.158	966.158
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(586.257)	(1.217.939)	(1.217.939)	(1.217.939)
Estoques	4.442.932	4.398.514	4.398.514	4.398.514
Medicamentos e materiais de consumo	4.442.932	4.398.514	4.398.514	4.398.514
Ativo Não Circulante	30.366.215	26.205.760	26.205.760	26.205.760
Realizável a Longo Prazo	26.871	3.768	3.768	3.768
Contingências judiciais	26.871	3.768	3.768	3.768
Imobilizado	29.336.343	25.282.526	25.282.526	25.282.526
Máquinas, aparelhos e equipamentos	17.369.563	16.576.561	16.576.561	16.576.561
Equipamentos de informática	2.867.436	1.599.723	1.599.723	1.599.723
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	2.805.269	734.466	734.466	734.466
Veículos	273.249	273.249	273.249	273.249
Móveis e Utensílios	1.089.000	796.376	796.376	796.376
Imobilizações em andamento	64.098	81.507	81.507	81.507
Beneficentários em imóveis de terceiros	10.916.166	8.687.111	8.687.111	8.687.111
Outras imobilizações	157.613	157.614	157.614	157.614
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(6.206.051)	(3.624.081)	(3.624.081)	(3.624.081)
Intangíveis	1.003.001	919.466	919.466	919.466
Direitos de uso de softwares	1.854.450	1.419.938	1.419.938	1.419.938
(-) Amortizações acumuladas	(851.449)	(500.472)	(500.472)	(500.472)
Total do Ativo	405.156.133	339.165.456	339.165.456	339.165.456
Passivo Circulante	17.863.463	16.104.880	16.104.880	16.104.880
Fornecedores	8.135.254	8.256.701	8.256.701	8.256.701
Obrigações trabalhistas	5.252.443	4.769.902	4.769.902	4.769.902
Impostos, taxas e contribuições diversas	2.589.183	2.026.963	2.026.963	2.026.963
Adiantamentos de clientes	109.741	108.421	108.421	108.421
Outras contas a pagar	1.776.842	942.893	942.893	942.893
Passivo Não Circulante	4.869.162	4.407.718	4.407.718	4.407.718
Prov. p/contingências judiciais cíveis e trabalhistas	4.869.162	4.407.718	4.407.718	4.407.718
Patrimônio Líquido	382.423.508	318.652.858	318.652.858	318.652.858
Patrimônio social	382.423.508	318.652.858	318.652.858	318.652.858
Patrimônio social	315.595.328	269.977.227	269.977.227	269.977.227
Superávit / (Déficit) do exercício	66.828.180	48.675.631	48.675.631	48.675.631
Total do Passivo	405.156.133	339.165.456	339.165.456	339.165.456

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1)		
	31/12/2015	31/12/2014
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	69.942.624	39.021.362
Resultado líquido ajustado	66.533.339	48.560.684
Resultado do exercício	66.828.180	48.675.631
Ajustes	-	-
Depreciações e amortizações	3.060.293	2.168.822
Provisão/Reversão da prov. p/devedores duvidosos	(631.682)	347.413
Baixas de bens do imobilizado	(127.366)	517.852
Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar	461.444	390.241
Transferências para o patrimônio social	(3.057.530)	(3.539.275)
Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante	1.650.702	(11.322.260)
Clientes e outros recebíveis	1.695.120	(11.252.503)
Estoques	(44.418)	(69.757)
Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante	1.758.583	1.782.938
Fornecedores	(121.447)	1.193.663
Obrigações trabalhistas	482.541	464.142
Impostos, taxas e contribuições diversas	562.220	118.795
Prestadores de serviços	1.320	4.213
Outras contas a pagar	833.949	2.125
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(7.093.382)	(9.693.896)
Aquisições do imobilizado	(6.635.767)	(9.662.900)
Aquisições de intangíveis	(434.512)	(165.930)
Outros valores a receber	(23.103)	134.934
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	-	-
4. Variação das Disponibilidades no Período	62.849.242	29.327.466
5. Resumo	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	267.572.992	238.245.526
Variação das disponibilidades no período	62.849.242	29.327.466
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	330.422.234	267.572.992

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro (Em Reais 1)		
	2015	2014
Receitas	174.130.228	160.125.492
Prestação de serviços hospitalares	206.741.149	188.956.431
Outras Receitas Operacionais	1.315.097	1.077.909
(-) Ded. das receitas - Glosas, desc. e abatimentos	(33.926.018)	(29.908.848)
Insomus Adquiridos de Terceiros	(22.398.387)	(22.510.946)
Despesas Administr. c/Materiais de Uso e Consumo	(20.511.873)	(19.718.664)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.886.514)	(2.792.282)
Valor Adicionado Bruto	151.731.841	137.614.546
Retenções	(3.060.293)	(2.168.822)
Depreciações, Amortizações e Exaustões	(3.060.293)	(

Sobra dinheiro no fim do mês só para 15%

Três em cada dez consumidores fecharam março no vermelho

Pesquisa feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) mostra que, em março, três em cada dez consumidores afirmaram que fecharam o mês “no vermelho”, sem condições de pagar todas as contas. Conforme o levantamento, que analisou a propensão ao consumo em 12 capitais do país, apenas 15% dos entrevistados tiveram sobra de dinheiro no mês passado.

Conforme o levantamento, 46% dos entrevistados disseram ter fechado o mês de março no “zero a zero”, ou seja, sem falta, mas também sem sobra de dinheiro. Dos 15% que encerraram o terceiro mês de 2017 “no azul”, 12% afirmaram ter a intenção de poupar a sobra e 4% pretendem

gastar o dinheiro extra.

Segundo o Indicador de Uso de Crédito e de Propensão ao Consumo, 63% dos consumidores ouvidos disseram que têm planos de cortar os gastos este mês. A intenção de redução do gastos afeta compras no supermercado, água, luz, telefone, transporte, roupas e lazer.

Dos consumidores que pretendem cortar gastos em abril, 23% deram como justificativa a tentativa de fazer economias, 18% apontaram a alta dos preços e 14% porque tiveram redução da renda ou dos ganhos. De acordo com o levantamento do SPC Brasil e da CDL, 28% afirmaram que pretendem manter o nível de gastos em abril, enquanto 7% dos entrevistados manifestaram a intenção de aumentar as despesas.

A pesquisa ouviu 800 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos e de todas as classes sociais nas capitais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Brasília, Goiânia, Manaus e Belém. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais.

Setor têxtil espera crescimento

Embora o ano de 2016 tenha representado estagnação para vários setores da economia, a indústria têxtil nacional demonstrou sinais de que resiste à crise. Segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), o faturamento da cadeia têxtil e de confecção no ano passado foi de US\$ 39,3 bilhões, dos quais US\$ 2,38 bilhões representam exportações de produtos – sem contar a fibra de algodão. A produção média de confecção foi de 6,7 bilhões de peças (vestuário+meias e acessórios+cama, mesa e banho), em 2016, superior ao ano anterior.

Índices como esse fomentam o investimento das 32 mil empresas formais do setor em melho-

rias dos processos de automação. É por isso que representantes da Abit, do Sebrae, do Senai/Francisco Matarazzo e da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil estudam formas de reduzir perdas, além de investir em melhoria de processos de produção e logísticos. Essa foi uma das pautas do encontro entre essas entidades na sede da GS1 Brasil no fim do mês passado.

Segundo Claudilena Murro, executiva responsável pelo setor têxtil e de confecções da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil, “o trabalho conjunto em favor da indústria têxtil fortalece a competitividade e incentiva a inovação, o crescimento sustentável e o aprimoramento dos processos de produtividade”.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

Balancete Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1)		
	2016	2015
Ativo Circulante	461.673.393	374.789.918
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	399.943.330	330.422.234
Caixa e bancos	2.017.759	2.308.499
Aplicações financeiras de liquidez imediata	397.925.572	328.113.735
Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis	57.194.471	39.924.752
Convênios médicos e atendimentos particulares	5.044.284	37.768.969
Outras contas e receber (Nota 5)	1.269.053	2.742.040
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.118.866)	(586.257)
Estoques	4.535.592	4.442.932
Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6)	4.535.592	4.442.932
Ativo Não Circulante	30.054.360	30.366.215
Realizável a Longo Prazo	470.963	26.871
Contingências judiciais	470.963	26.871
Imobilizado (Nota 7)	28.743.572	29.336.343
Máquinas, aparelhos e equipamentos	18.028.796	17.369.563
Equipamentos de informática	3.012.184	2.867.436
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.393.697	2.805.269
Veículos	273.249	273.249
Móveis e Utensílios	1.328.054	1.089.000
Imobilizações em andamento	741.684	64.098
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.173.901	10.916.166
Outras imobilizações	150.235	157.613
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(9.358.228)	(6.206.051)
Intangíveis	839.825	1.003.001
Direitos de uso de softwares	2.077.949	1.854.540
(-) Amortizações acumuladas	(1.238.124)	(851.449)
Total do Ativo	491.727.753	405.156.133
Passivo Circulante	19.948.810	17.863.463
Fornecedores	8.730.688	8.135.254
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	5.838.606	5.252.443
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9)	2.812.453	2.589.183
Adiantamentos de clientes	138.309	109.741
Outras contas a pagar	2.428.754	1.776.842
Passivo Não Circulante	4.742.544	4.869.162
Provisão p/ contingências judiciais cíveis e trabalhistas	4.742.544	4.869.162
Patrimônio Líquido	467.036.399	382.423.508
Patrimônio social (Nota 10)	467.036.399	382.423.508
Patrimônio social	382.779.691	315.595.328
Superávit / (Déficit) do exercício	84.256.708	66.828.180
Total do Passivo	491.727.753	405.156.133

Políticas Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2016

1. Informações Gerais. O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 – NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e) Resolução 1.374/11 – NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade: **2.1. Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. **2.2. Contas a receber de clientes e outros recebíveis.** Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. **2.3. Estoques.** Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). **2.4. Investimentos.** Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas. **2.5. Imobilizado.** Os itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos. **2.6. Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações.** As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento. **2.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.8. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment.** Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda. A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável. **2.10. Ajuste ao valor presente.** As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuadas nas operações, de forma propor-

Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1)		
	31/12/2016	31/12/2015
Receita com Prestação de Serviços em Saúde	229.486.906	206.741.149
Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares	229.486.906	206.741.149
Convênios de saúde privados	222.703.525	198.746.860
Atendimentos a não conveniados	2.613.654	3.118.122
Outros serviços hospitalares - gratuidades	4.169.727	4.876.167
Deduções das Receitas	(37.709.524)	(33.926.018)
Glossas de convênios	(4.146.490)	(1.762.318)
Repasses	(29.248.170)	(26.757.396)
Serviços hospitalares - gratuidades	(4.169.727)	(4.876.167)
Descontos e Abatimentos	(145.137)	(530.137)
Receita Operacional Líquida	191.777.382	172.815.131
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(51.231.595)	(47.225.540)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 11)	(51.231.595)	(47.225.540)
Resultado Operacional Bruto	140.545.787	125.589.591
Receitas e Despesas Operacionais	(104.656.616)	(96.915.365)
Despesas com pessoal (Nota 12)	(69.582.561)	(64.691.735)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 13)	(22.805.923)	(20.511.873)
Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas	(6.326.693)	(8.080.047)
Depreciações e amortizações	(3.657.009)	(3.060.293)
Outras despesas gerais e administrativas	(3.125.618)	(1.886.514)
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	841.188	1.315.097
Superávit / (Déficit) do Exercício Antes das Despesas e Receitas Financeiras	35.889.171	28.674.226
Despesas e Receitas Financeiras	48.367.537	38.153.954
Despesas Financeiras	(78.804)	(88.457)
Receitas Financeiras	48.446.341	38.242.411
Superávit / (Déficit) do Exercício Antes das Participações	84.256.708	66.828.180
Benefício Tributário Auferido	34.376.522	27.882.035
Isenções e Imunidades (Nota 15)	(34.376.522)	(27.882.035)
COFINS	(5.753.241)	(5.184.454)
Contribuição Social sobre o Lucro	(7.583.104)	(6.014.536)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(21.040.177)	(16.683.045)
Superávit / (Déficit) do Exercício	84.256.708	66.828.180

nal até a data do encerramento do exercício. Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste. **2.11. Receitas, Custos e Despesas.** As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos. **3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados.** Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldos de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a. Risco de crédito:** representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos. **b. Risco de liquidez:** representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas. **c. Risco operacional:** representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

2016 - Em Reais (1)				
	2016	Em Reais (1)		
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	399.943.330			
Caixa e bancos	2.017.759			
Aplicações financeiras de liquidez imediata	397.925.571			
5. Outras Contas a Receber	399.943.330			
Adiantamentos a funcionários	303.078			
Adiantamentos a fornecedores	194.322			
Importações em andamento	335.191			
Outros valores a receber	436.462			
	1.269.053			
6. Estoques	4.535.591			
Medicamentos e materiais hospitalares	3.215.232			
Orteses e próteses	899.868			
Outros estoques	420.491			
	4.535.591			
7. Imobilizado	28.743.572			
	2016	Em Reais (1)		
Grupo de bens	Valor Justo	Depreciação Acumulada	Taxa de Depreciação ao Ano	Valor Residual
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	18.028.795	(5.746.887)	10% a 20%	12.281.908
Equipamentos de informática	3.012.184	(1.650.516)	10% a 20%	1.361.668
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.393.697	(449.618)	10% a 20%	2.944.080
Veículos	273.249	(223.153)	20%	50.096
Móveis e Utensílios	1.328.054	(319.466)	10% a 20%	1.008.588
Imobilizações em andamento	741.684	-	0%	741.684
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.173.901	(914.762)	4% a 10%	10.259.139
Outras imobilizações	150.235	(53.826)	10% a 20%	96.410
TOTAL	38.101.800	(9.358.228)		28.743.572
8. Obrigações trabalhistas	5.838.606			
Salários a Pagar	9.426			
Férias a pagar	5.829.180			
	5.838.606			
9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	2.812.453			
Impostos a recolher/outros taxas	708.332			
Contribuições e encargos sociais e previdenciários	2.104.121			
	2.812.453			
10. Patrimônio Social. É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.				
11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais				

Ovos de Páscoa ficam até 45% mais baratos no e-commerce

Levantamento realizado pelo Cuponomia, portal que reúne ofertas e cupons de descontos dos principais players do comércio eletrônico do país, aponta que os consumidores podem economizar até 45% na compra de Ovos de Páscoa, nas lojas virtuais. A procura pelo produto na internet teve aumento de 30%, se comparado ao mesmo período de 2016.

Além do volume de buscas, o site comparou o preço de 40 Ovos de Páscoa das marcas Lacta, Nestlé, Ferrero, Perugini, D'ellice, Garoto e Qualitá, vendidos no comércio eletrônico das lojas Walmart, Pão de Açúcar, Extra, Submarino e Americanas.com.

O Ovo de Páscoa Diamante Negro 215g, da Lacta, vendido por R\$ 36,99 nas lojas Americanas, pode ser encontrado por R\$ 19,99, no comércio eletrônico da loja online da rede. Já o ovo Sonho de Valsa, 330g, da Lacta, à venda no hipermercado Extra por R\$ 44,90, pode ser adquirido pelo consumidor por R\$31,99 através do site Extra Delivery. No site do Pão de Açúcar, o Ovo de Páscoa Kinder Maxi Surpresa 150g pode ser encontrado até 38%

mais barato em comparação com as lojas físicas. O Ferrero Rocher Gran Chocolate 365g, um dos mais caros da loja, sai com 7% de desconto no Pão de Açúcar delivery.

Entre as marcas de Ovos de Páscoa analisados, 70% dos produtos foram encontrados com menor valor na loja virtual. No entanto, a dica para o consumidor que pretende economizar nesta Páscoa é pesquisar preços e comparar-se com o valor do frete a compra pelo comércio eletrônico realmente será melhor opção.

“Em tempos de economia em crise, presentes e produtos sazonais, como os ovos de Páscoa, perdem relevância e afastam os consumidores das compras. Mesmo assim, o setor de chocolates encontra alternativas para conquistar novos e velhos compradores, como é o caso dos ovos caseiros, que têm custo menor e cujas vendas, em valor e volume, cresceram em 2016. Por sua vez, os ovos industrializados, que se mantêm como o produto mais procurado na Páscoa, encontram respiro com as linhas de miniovos e com outras opções menores da guloseima”. É o que aponta um estudo da Kantar Worldpanel.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1)		
	31/12/2016	31/12/2015
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	73.071.922	69.942.624
Resultado líquido ajustado	88.881.561	66.533.339
Resultado do exercício	84.256.708	66.828.180
Ajustes		
Depreciações e amortizações	3.657.009	3.060.293
Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos	532.609	(631.682)
Baixas de bens do imobilizado	205.670	(217.366)
Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar	(126.618)	461.444
Transferências para o patrimônio social	356.183	(3.057.530)
Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante	(17.894.988)	1.650.702
Clientes e outros recebíveis	(17.802.328)	1.695.120
Estoques	(92.660)	(44.418)
Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante	2.085.349	1.758.583
Fornecedores	225.939	(121.447)
Obrigações trabalhistas	777.439	482.541
Impostos, taxas e contribuições diversas	31.997	562.220
Prestadores de serviços	369.495	1.320
Outras contas a pagar	680.479	833.949
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(3.550.826)	(7.093.382)
Aquisições do imobilizado	(2.883.235)	(6.635.767)
Aquisições de intangíveis	(223.499)	(434.512)
Outros valores a receber	(444.092)	(23.103)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	-	-
4. Variação das Disponibilidades no Período	69.521.096	62.849.242
5. Resumo		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	330.422.234	267.572.992
Variação das disponibilidades no período	69.521.096	62.849.242
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	399.943.330	330.422.234

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro (Em Reais 1)		
	2016	2015
Valor Adicionado a Distribuir	192.618.569	174.130.228
Receitas	229.486.906	206.741.149
Prestação de serviços hospitalares	841.188	1.315.097
Outras Receitas Operacionais	(37.709.525)	(33.926.018)

Cai grau de endividamento e aumenta capacidade de poupar do consumidor

Pesquisa da Boa Vista SCPC sobre Endividamento, Poder de Compra e Capacidade de Pagamento do Consumidor identificou queda de 7p.p. (pontos percentuais) no grau de endividamento em relação ao mesmo período de 2017. Realizada entre os dias 30 de janeiro e 28 de fevereiro, com mais de 800 pessoas, em todo o Brasil, a pesquisa eletrônica constatou que em média 13% dos consumidores consideram-se muito endividados. No ano passado, este percentual foi de 20%. Já 26% afirmaram estar mais ou menos endividados. 42% um pouco endividados e 19% alegaram não ter dívidas. Um aumento de 8p.p. em relação a 2017. A imagem a seguir contém os detalhes.

Sobre a percepção do poder de compra, houve um aumento do percentual dos consumidores que têm comprado mais. Em 2017,

11% tinham esta percepção, e agora são 19%. Por outro lado, caiu de 65% para 49% os que afirmam estar comprando menos em 2018, na comparação com o ano passado.

Para os que estão conseguindo manter o poder de compra, de um modo geral, prevalece a busca por qualidade ao realizarem a compra dos diversos itens da casa, em detrimento da promoção ou da marca.

A Boa Vista também identificou a capacidade de poupar dos brasileiros. Passou de 23% para 33% aqueles que afirmaram estar conseguindo poupar nos últimos seis anos. Já sete em cada 10 informaram que não têm conseguido economizar. Por sua vez, a poupança (60%) é o investimento mais usado, seguida de previdência privada (13%) e fundos, ações, CDB e outras modalidades (31%).

A pesquisa também inves-

tigou a suficiência da renda familiar no pagamento dos gastos fixos da casa (como conta de água, luz, telefone, TV paga, conta do celular), no fim do mês. A dificuldade em pagar estes gastos atinge cerca de 50% dos consumidores.

Ainda segundo o estudo, 62% dos entrevistados se consideram um consumidor "equilibrado". Aquele que compra o necessário, mas que, às vezes, excede os gastos. 27% definiram-se "conservadores", que compram o mínimo possível e somente quando precisam, e 11% "consumistas", que compram além do necessário.

A Pesquisa da Boa Vista SCPC sobre o Endividamento, Poder de Compra e Capacidade de Pagamento do Consumidor utilizou a metodologia quantitativa e foi realizada por meio de consulta eletrônica de 30 de janeiro a 28 de fevereiro.

Ceagesp tem alta de 0,21% em março

O Índice de Preços da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) encerrou o mês de março com alta de 0,21% em relação ao mês anterior. O índice é usado como sinalizador de preços de alimentos frescos no mercado. Segundo a Ceagesp, apesar da média de chuvas ter sido semelhante à média histórica para o período, a concentração de precipitação para o final do mês prejudicou as culturas de verduras, porém, sem reflexos nos preços em março.

Os setores de legumes e verduras registraram baixa nos preços, compensando, parcialmente, as fortes altas ocorridas do início do ano. Em janeiro, o setor de frutas registrou alta de 0,74%. As principais altas foram nos preços do mamão havaí (89,9%), do caju (34%), do mamão formosa (33,3%), da melancia (20,4%) e da laranja pera (18%).

As principais quedas ocorreram com o kiwi estrangeiro (-29%), com a pera estrangeira d'Anjou (-23,5%), com a maçã nacional fuji (-14,4%) e com a jaca (-13%).

O setor de legumes registrou recuo de 3,99%. As principais baixas ocorreram com os pimentões amarelo (-28,3%), e vermelho (-22,8%), com o chuchu (-27,3%), com o cará (-18,8%) e com o inhame (-16%). As principais altas ocorreram com a cenoura (10,4%), com a vagem macarrão curta (7,8%), com o pepino comum (5,3%) e com o jiló (5,1%).

O setor de verduras apresentou baixa de 5,53%. As principais reduções ocorreram com a alface-americana (-22,3%), com a catalonha (-17,9%), com o almeirão pão de açúcar (-17,5%), com a cenoura com folhas (-15,8%), com a alface lisa (-15,3%) e com as alfaves hidropônicas lisa e mimosa (-14,7%). As principais altas foram do brócolis-ninja (12,3%), da couve-flor (9,4%) e da salsa (6,5%).

O setor de diversos apresentou alta de 0,79%. As principais altas ficaram por conta do alho estrangeiro chinês (15,2%), dos ovos brancos (11,1%), dos ovos vermelhos (10%) e do alho nacional (9,7%). As baixas ocorreram com a batata beneficiada lisa

(-8,3%) e com o amendoim com casca (-2,7%).

O setor de pescados teve alta de 4,7%. As principais altas foram da sardinha fresca (69,2%), do namorado (14,4%), da pescada tortinha (13,9%), do robalo (12,6%) e da corvina (12,3%). As principais baixas ocorreram com a tainha (-6,4%) e com o camarão ferro (-4,3%).

De acordo com dados da Ceagesp, o volume comercializado no entreposto de São Paulo totalizou no trimestre 824.418 toneladas ante 835.166 negociadas no mesmo período de 2017. Decréscimo de 1,29%, influenciado principalmente pelo setor de legumes que apresentou diminuição no volume de 4,27% em relação ao mesmo período do ano passado.

O volume comercializado em março deste ano, da ordem de 291.366 toneladas, registrou uma leve retração de 0,25%, em comparação a março de 2017, quando atingiu 292.087 toneladas. O Índice Ceagesp fechou o mês de março com alta de 0,21%, contida pela redução dos preços nos setores de legumes e verduras.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1)		Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1)		Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1)		
	2017	2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante	576.585.867	461.673.393	281.591.153	229.486.906	100.458.935	73.071.922
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	497.133.786	399.943.330			120.390.183	88.881.561
Caixa e bancos	1.849.775	2.017.759				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	495.284.011	397.925.572				
Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis	73.115.864	57.194.471				
Convênios médicos e atendimentos particulares	74.698.802	57.044.284				
Outras contas a receber (Nota 5)	2.141.407	1.269.053				
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.724.346)	(1.118.866)				
Estoques	6.336.218	4.535.592				
Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6)	6.336.218	4.535.592				
Ativo não Circulante	29.348.429	30.054.360				
Realizável a Longo Prazo	217.849	470.963				
Contingências judiciais	217.849	470.963				
Imobilizado (Nota 7)	28.534.542	28.743.572				
Máquinas, aparelhos e equipamentos	18.759.115	18.028.796				
Equipamentos de informática	3.271.965	3.012.184				
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.337.436	3.393.697				
Veículos	273.249	273.249				
Móveis e Utensílios	1.342.883	1.328.054				
Imobilizações em andamento	553.339	741.684				
Beneficiários em imóveis de terceiros	13.585.755	11.173.901				
Outras imobilizações	150.235	150.235				
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(12.739.435)	(9.358.228)				
Intangíveis	596.039	839.825				
Direitos de uso de softwares	2.252.285	2.077.949				
(-) Amortizações acumuladas	(1.656.246)	(1.238.124)				
Total do Ativo	605.934.297	491.727.753				
Passivo Circulante	20.345.059	19.948.810				
Fornecedores	9.984.906	8.730.688				
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	5.668.447	5.838.606				
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9)	2.876.440	2.812.453				
Adiantamentos de clientes	207.648	138.309				
Outras contas a pagar	1.607.619	2.428.754				
Passivo não Circulante	8.131.871	4.742.544				
Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas	8.131.871	4.742.544				
Patrimônio Líquido	577.457.367	467.036.399				
Patrimônio social (Nota 10)	577.457.367	467.036.399				
Patrimônio social	467.118.325	382.779.691				
Superávit / (Déficit) do exercício	110.339.042	84.256.708				
Total do Passivo	605.934.297	491.727.753				

Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1)		Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1)		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita com Prestação de Serviços em Saúde	281.591.153	229.486.906	100.458.935	73.071.922
Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares	281.591.153	229.486.906	120.390.183	88.881.561
Convênios de saúde privados	273.766.424	222.703.525	110.339.042	84.256.708
Atendimentos a não conveniados	3.158.306	2.613.654		
Outros serviços hospitalares - gratuidades	4.666.423	4.169.727		
Deduções das Receitas	(41.311.894)	(37.709.524)		
Glosas de convênios	(2.470.079)	(4.146.490)		
Repasses	(34.047.140)	(29.248.170)		
Serviços hospitalares - gratuidades	(4.666.423)	(4.169.727)		
Descontos e Abatimentos	(128.252)	(145.137)		
Receita Operacional Líquida	240.279.259	191.777.382	3.858.247	3.657.009
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(57.880.788)	(51.231.595)	2.605.480	532.609
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 11)	(57.880.788)	(51.231.595)	116.162	205.670
Resultado Operacional Bruto	182.398.471	140.545.787	3.389.327	(126.618)
Receitas E Despesas Operacionais	(115.096.515)	(104.656.616)	81.926	356.183
Despesas com pessoal (Nota 12)	(72.545.262)	(69.582.561)	2.605.480	532.609
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 13)	(23.627.391)	(22.805.923)	116.162	205.670
Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas	(8.144.844)	(6.326.693)		
Depreciações e amortizações	(3.858.247)	(3.657.009)		
Outras despesas gerais e administrativas	(8.082.805)	(3.125.018)		
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	1.162.033	841.188		
Superávit (Déficit) do Exercício antes das Despesas E Receitas Financeiras	67.301.956	35.889.171	3.389.327	(126.618)
Despesas e Receitas Financeiras	(43.037.086)	(48.367.537)	3.389.327	(126.618)
Despesas Financeiras	(98.185)	(78.804)		
Receitas Financeiras	43.135.271	48.446.341		
Superávit (Déficit) do Exercício antes das Participações	110.339.042	84.256.708	3.389.327	(126.618)
Benefício Tributário Auferido	44.699.669	(34.376.522)		
Isenções e Imunidades (Nota 15)	(7.208.378)	(5.753.241)		
COFINS	(9.930.531)	(7.583.104)		
Contribuição Social sobre o Lucro	(27.560.761)	(21.040.177)		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	110.339.042	84.256.708		
Superávit (Déficit) do Exercício	110.339.042	84.256.708		

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de Dezembro (Em Reais 1)		
	2017	2016
Valor Adicionado a Distribuir	241.441.291	192.618.569
Receitas	281.591.153	229.486.906
Prestação de serviços hospitalares	1.162.033	841.188
Outras Receitas Operacionais	(41.311.894)	(37.709.524)
(-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos	(31.710.194)	(25.931.540)
Insumos Adquiridos de Terceiros	399.943.330	330.422.234
Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo	97.190.456	69.521.096
Outras despesas gerais e administrativas	497.133.786	399.943.330
Demonstração do Valor Adicionado em 31 de Dezembro (Em Reais 1)		
Valor Adicionado a Distribuir	241.441.291	192.618.569
Receitas	281.591.153	229.486.906
Prestação de serviços hospitalares	1.162.033	841.188
Outras Receitas Operacionais	(41.311.894)	(37.709.524)
(-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos	(31.710.194)	(25.931.540)
Insumos Adquiridos de Terceiros	399.943.330	330.422.234
Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo	97.190.456	69.521.096
Outras despesas gerais e administrativas	497.133.786	399.943.330

Políticas Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2017	
1. Informações Gerais. O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção. 2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira - e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade: 2.1 Caixa e equivalentes de caixa. Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. 2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis. Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. 2.3 Estoques. Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). 2.4 Investimentos. Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas. 2.5 Imobilizado. Os itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa - imóveis e equipamentos de maior valia - estão registrados ao valor recuperável destes ativos. 2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações. As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais - unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento. 2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes. São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incomidas (passivos). 2.8 Provisões. As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita - e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas. 2.9 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment. Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda. A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa - hospital - ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável. 2.10 Ajuste ao valor presente. As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros - aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuadas nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício. Em relação aos ativos e passivos não financeiros - contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar - não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste. 2.11 Receitas, Custos e Despesas. As re-	

Samsung e Basf: parceria pela inovação

A Samsung e a Basf anunciaram parceria inédita focada em inovação. A partir da aquisição de soluções da Samsung, a Basf apresenta o seu primeiro Centro de Experiências Científicas e Digitais no Brasil. O novo espaço, batizado de onono, será uma estrutura de cocriação e desenvolvimento de tecnologias da Basf no país e contará com soluções de última geração da Samsung para conectar e aproximar clientes, fornecedores, startups, colaboradores e universidades.

Entre as soluções da marca que fazem parte do espaço estão o painel de LED de 1.5mm da série IF de altíssima resolução; monitores de 49 e 55 polegadas para sinalização digital, da série PMH, e o Samsung Flip - flip chart Digital com tela interativa 4K, que recria a sensação da escrita tradicional e aumenta as oportunidades de geração e troca de ideias no ambiente corporativo.

“O projeto pioneiro com a Basf é mais um passo para a Samsung na consolidação dessas novas tecnologias em



LED e soluções da marca que acompanham as transformações do mercado corporativo e elevam a experiência dos nossos parceiros e clientes a um próximo nível”, afirma Kauê Melo, diretor da divisão de B2B e monitores da Samsung Brasil.

Os produtos da Samsung instalados no Centro de Experiências Científicas e Digitais da Basf, proporcionam um conteúdo mais realista e imersivo para os ambientes. Além disso, entregam sofisticação e modernidade, com manuseio intuitivo e fácil

instalação. No caso do painel de LED da série IF, uma das soluções corporativas premium da marca, ainda há a combinação da mais avançada tecnologia de processamento de vídeo Samsung com o refinamento de imagens HDR High Dynamic Range. Os níveis de brilho e contrastes são adaptáveis conforme as necessidades específicas de cada ambiente, o que garante a exibição de imagens mais reais e personalização da apresentação das cores, além de desempenho duradouro.

Carrefour Brasil investe em loja conceito sem operadores de caixa

O Carrefour Brasil anunciou nesta sexta-feira, durante o Carrefour Investor Day, o lançamento de uma parceria com a Zaitt, primeiro mercado 100% autônomo da América Latina, para a abertura de uma loja conceito.

A unidade, inaugurada no último dia 21 no bairro do Itaim Bibi, em São Paulo, não conta com operadores de caixa. Apesar desse fato positivo, a empresa aguarda um segundo trimestre melhor que o primeiro em função do efeito calendário positivo da Páscoa, disseram nesta sexta-feira executivos do grupo varejista.

“Vemos uma recuperação gradual desde julho e essa tendência deve continuar”, afirmou a jornalista o presidente do Carrefour Brasil, Noël Prioux, após encontro com analistas e investidores na capital paulista.

Apesar do otimismo, o diretor financeiro do gru-

po, Sébastien Durchon, comentou que o nível ainda elevado de desemprego no país continua pressionando o poder de compra dos clientes. “Não somos obcecados com o desempenho trimestral... vemos melhora gradual da economia, mas ainda não dá para falar em aceleração (de vendas) nesse começo de ano”, afirmou Durchon.

A unidade do Itaim Bibi fica aberta 24 horas, e a loja tem foco no food service, snacks, bebidas, produtos de limpeza e higiene pessoal, orgânicos, entre outros. O espaço conta com a oferta de produtos frescos e prontos para consumo no local. Essa é a segunda unidade da Zaitt em operação no País. A primeira foi inaugurada no Espírito Santo.

Identificação automática

A unidade paulista tem um sistema de pagamento

conhecido como RFID (Radio Frequency Identification), traduzido como identificação automática dos produtos via radiofrequência. Para entrar ou sair da unidade o cliente escolhe entre o reconhecimento facial e a leitura do QRCode para a abertura da primeira porta de acesso.

Na saída, o cliente fica entre duas portas de vidro enquanto os itens comprados são identificados pela frequência de rádio. Concluída a leitura, o cliente apenas confirma a compra para deixar a loja. O valor é debitado no cartão de crédito cadastrado pelo cliente.

O Carrefour Brasil também está expandindo a parceria firmada no começo do ano com a Rappi e vê potencial para a startup colombiana de entregas responder por aproximadamente 30% do total de vendas online da rede varejista no país até o fim deste ano.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1)		Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1)		Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto (Em Reais 1)		
	2018	2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante	676.728.087	576.585.867	284.029.205	281.591.153	89.659.668	100.458.935
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	576.730.902	497.133.786	284.029.205	281.591.153	110.757.353	120.390.183
Caixa e bancos	2.602.528	1.849.775	275.694.150	273.766.424	106.458.039	110.339.042
Aplicações financeiras de liquidez imediata	574.128.374	495.284.011	3.577.497	3.158.306	-	-
Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis	92.710.367	73.115.864	4.757.558	4.666.423	3.628.028	3.858.247
Convênios médicos e atendimentos particulares	89.125.432	74.698.802	(45.092.893)	(41.311.894)	-	-
Outras contas e receber (Nota 5)	8.033.225	2.141.407	(1.364.911)	(2.470.079)	723.945	2.605.480
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.448.290)	(3.724.346)	(38.908.610)	(34.047.140)	1.045	116.162
Estoques	7.286.818	6.336.218	(4.757.558)	(4.666.423)	-	-
Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6)	7.286.818	6.336.218	(61.814)	(128.252)	(69.939)	3.389.327
Ativo não Circulante	35.057.964	29.348.429	238.936.312	240.279.259	16.235	81.926
Realizável a Longo Prazo	323.811	217.849	(61.696.127)	(57.880.788)	(20.545.104)	(20.327.498)
Contingências judiciais	323.811	217.849	177.240.185	182.398.471	(19.594.503)	(18.526.872)
Imobilizado (Nota 7)	34.243.005	28.534.542	(104.678.577)	(115.096.515)	(950.600)	(1.800.626)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	21.392.150	18.759.115	(70.204.403)	(72.545.262)	(552.581)	396.249
Equipamentos de informática	4.056.960	3.271.965	(22.112.197)	(23.627.391)	35.658	1.290.400
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.448.704	3.337.436	(7.191.106)	(8.144.844)	222.237	(170.159)
Veículos	123.921	273.249	(3.628.028)	(3.858.247)	377.290	63.987
Móveis e Utensílios	1.456.168	1.342.883	(2.523.600)	(8.082.805)	18.751	(36.182)
Imobilizações em andamento	5.508.259	553.339	986.757	1.162.033	(451.938)	(751.797)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14.070.526	13.585.755	(7.191.106)	(8.144.844)	(10.062.552)	(3.268.479)
Outras imobilizações	161.362	150.235	(3.628.028)	(3.858.247)	-	-
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(15.975.045)	(12.739.435)	(2.523.600)	(8.082.805)	(9.823.540)	(3.347.257)
Intangíveis	491.148	596.039	986.757	1.162.033	(133.050)	(174.336)
Direitos de uso de softwares	2.385.335	2.252.285	986.757	1.162.033	(105.962)	253.114
(-) Amortizações acumuladas	(1.894.187)	(1.656.246)	-	-	-	-
Total do Ativo	711.786.051	605.934.297	106.458.039	110.339.042	79.597.116	97.190.456
Passivo Circulante	19.792.478	20.345.059	33.998.538	43.135.271	-	-
Fornecedores	10.020.564	9.984.906	(102.107)	(98.185)	-	-
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	5.890.684	5.668.447	33.998.538	43.135.271	-	-
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9)	2.499.150	2.876.440	106.458.039	110.339.042	-	-
Adiantamentos de clientes	226.399	207.648	43.339.823	44.699.669	-	-
Outras contas a pagar	1.155.681	1.607.619	(43.339.823)	(44.699.669)	-	-
Passivo não Circulante	8.061.932	8.131.871	43.339.823	44.699.669	-	-
Provisão para Contingências Judiciais	8.061.932	8.131.871	(43.339.823)	(44.699.669)	-	-
Cíveis e Trabalhistas	8.061.932	8.131.871	(7.168.089)	(7.208.378)	-	-
Patrimônio Líquido	683.931.641	577.457.367	(9.581.224)	(9.930.531)	-	-
Patrimônio social (Nota 10)	683.931.641	577.457.367	(26.590.510)	(27.560.761)	-	-
Patrimônio social	577.473.602	467.118.325	106.458.039	110.339.042	-	-
Superávit / (Déficit) do exercício	106.458.039	110.339.042	106.458.039	110.339.042	-	-
Total do Passivo	711.786.051	605.934.297	106.458.039	110.339.042	79.597.116	97.190.456

Políticas Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2018

1. Informações Gerais. O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Fomentar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira - e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade: **2.1. Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. **2.2. Contas a receber de clientes e outros recebíveis.** Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. **2.3. Estoques.** Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). **2.4. Investimentos.** Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas. **2.5. Imobilizado.** Os itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa - imóveis e equipamentos de maior valia - estão registrados ao valor recuperável destes ativos. **2.6. Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações.** As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais - unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento. **2.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.8. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita - e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment.** Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda. A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa - hospital - ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável. **2.10. Ajuste ao valor presente.** As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiro - aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuadas nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício. Em relação aos ativos e passivos não financeiros - contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar - não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste. **2.11. Receitas, Custos e Despesas.** As re-

ceitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos. **3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados.** Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldos de aplicação financeira, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos. b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas. c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa		5. Outras Contas a Receber	
	2018 Em Reais (1)		2018 Em Reais (1)
Caixa e bancos	2.602.528	Adiantamentos a funcionários	320.873
Aplicações financeiras de liquidez imediata	574.128.374	Adiantamentos a fornecedores	722.164
	576.730.902	Importações em andamento	6.735.190
	576.730.902	Outros valores a receber (despesas antecipadas)	254.997
	576.730.902		8.033.225
	576.730.902		5.556.196
	576.730.902		1.099.046
	576.730.902		631.576
	576.730.902		7.286.818
	576.730.902		7.286.818

6. Estoques		7. Imobilizado	
	2018 Em Reais (1)		2018 Em Reais (1)
Medicamentos e materiais hospitalares	5.556.196	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	21.392.150
Orteses e próteses	1.099.046	Equipamentos de informática	4.056.960
Outros estoques	631.576	Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.448.704
	7.286.818	Veículos	123.921
	7.286.818	Móveis e Utensílios	1.456.168
	7.286.818	Imobilizações em andamento	5.508.259
	7.286.818	Benfeitorias em imóveis de terceiros	14.070.526
	7.286.818	Outras imobilizações	161.362
	7.286.818	TOTAL	50.218.049

8. Obrigações Trabalhistas		9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	
	2018 Em Reais (1)		2018 Em Reais (1)
Férias a Pagar	0,00	Impostos a recolher/outras taxas	370.673
Selários a pagar	5.890.684	Contribuições e encargos sociais e previdenciários	2.128.477
	5.890.684		2.499.150
	5.890.684		2.499.150
	5.890.684		2.499.150

10. Patrimônio Social. É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais.

2018 Em Reais (1)	
Material hospitalar	10.082.878
Drogas e medicamentos	27.422.776
Orteses e próteses	22.900.198
Outros gastos	1.290.275
	61.696.127

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Período de 01/01/2016 a 31/12/2018 (Em Reais 1)

CONTA	Patrimônio Social		
	Superávits e Défis Acumulados do Exercício	Superávit do Exercício	Total
Saldos em 31/12/2016	382.779.691	84.256.708	467.036.399
Transferência para Patrimônio Social	84.256.708	(84.256.708)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	81.926	-	81.926
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	110.339.042	110.339.042
Saldos em 31/12/2017	467.118.325	110.339.042	577.457.367
Transferência para Patrimônio Social	110.339.042	(110.339.042)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	16.235	16.235
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	106.458.039	106.458.039
Saldos em 31/12/2018	577.457.367	106.474.274	683.931.641

12. Despesas com Pessoal

2018 Em Reais (1)

Salários e ordenados	36.049.514
Encargos sociais e previdenciários	22.727.084
Benefícios	11.427.805
	70.204.403

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais.

2018 Em Reais (1)

Utilidades e serviços	2.672.472
Material de consumo	3.448.570
Manutenção e locação	10.013.495
Gêneros alimentícios	2.843.622
Outros gastos	3.134.038
	22.112.197

14. Outras Receitas Operacionais

2018 Em Reais (1)

Alugueis	141.271
Recuperação de despesas	323.291
Donativos	330.218
Outras receitas	185.977
	980.757

15. Isenções e Imunidades.

→☆ continuação

XP CONTROLE 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 25.176.854/0001-54

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais)

o montante de R\$ 10.680.000, deliberados conforme segue; AGE de 25 de março de 2019 aprovou o aumento de capital de R\$ 180.000, AGE de 24 de julho de 2019 aprovou o aumento de capital de R\$ 5.000.000, e AGE de 30 de dezembro de 2019 aprovou o aumento de capital de R\$ 5.500.000.

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS: Gestão de riscos - A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado. O gerenciamento de riscos é

exercido de modo integrado e independente, onde são formalizadas as políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e subscrição. Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES: Impactos COVID-19 - Em janeiro de 2020 a China relatou ao mundo que estava enfrentando um surto de doença na saúde pública relacionada a um novo tipo de vírus da "família"

SARS (*Severe Acute Respiratory Syndrome*), denominado de COVID-19, o que mais tarde veio a se tornar uma pandemia global declarada pela OMS em 11 de março de 2020. A XP Controle 4 está em processo de avaliação dos impactos de como a pandemia poderia afetar os resultados comerciais e financeiros da empresa investida (XP Vida e Previdência S.A.). Essa avaliação ainda dependerá de desenvolvimentos futuros, que são incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do COVID-19 e as ações para conter ou tratar os impactos, entre outros.

DIRETORIA	
Guilherme Dias Fernandes Benchimol Diretor	Fabricao Cunha de Almeida Diretor
Jairo Luiz de Araújo Brito Contador - CRC: RJ-110743/O-4	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **XP Controle 4 Participações S.A.** - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da XP Controle 4 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de fevereiro de 2019 sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se,

com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2020
pwc
PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Tatiana Fernandes Kagohara Guerguiev
Contador - CRC 1SP245281/O-6

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1)			Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1)			Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto (Em Reais 1)		
	2019	2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante	740.715.776	676.728.087	293.335.173	284.029.205	101.022.890	89.659.668	101.022.890	89.659.668
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	657.963.750	576.730.902	293.335.173	284.029.205	81.607.647	110.757.353	81.607.647	110.757.353
Caixa e bancos	994.101	2.602.528	283.706.121	275.694.150	103.115.692	106.458.039	103.115.692	106.458.039
Aplicações financeiras de liquidez imediata	656.969.648	574.128.374	4.047.040	3.577.497	-	-	-	-
Contas a Receber de Clientes e outros Recebíveis	72.917.485	92.710.367	5.582.012	4.757.558	4.713.196	3.628.028	4.713.196	3.628.028
Convênios médicos e atendimentos particulares	69.034.910	89.125.432	(48.607.956)	(45.092.893)	-	-	-	-
Outras contas a receber (Nota 5)	7.325.149	8.033.225	(1.922.322)	(1.364.911)	(792.699)	723.945	(792.699)	723.945
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.442.574)	(4.448.290)	(4.069.223)	(38.908.610)	7.276	1.045	7.276	1.045
Estoques	9.834.541	7.286.818	(5.582.012)	(4.757.558)	(422.103)	(69.939)	(422.103)	(69.939)
Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6)	9.834.541	7.286.818	(34.399)	(61.814)	(25.013.715)	16.235	(25.013.715)	16.235
Ativo Não Circulante	50.648.494	35.057.964	244.727.217	238.936.312	(2.170.085)	(552.581)	(2.170.085)	(552.581)
Realizável a Longo Prazo	140.127	323.811	(60.647.204)	(61.696.127)	17.245.159	(20.545.104)	17.245.159	(20.545.104)
Contingências judiciais	140.127	323.811	(60.647.204)	(61.696.127)	19.792.882	(19.594.503)	19.792.882	(19.594.503)
Imobilizado (Nota 7)	48.966.814	34.243.005	184.080.013	177.240.185	2.170.085	(552.581)	2.170.085	(552.581)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	30.109.438	21.392.150	(1.922.322)	(1.364.911)	1.472.106	35.658	1.472.106	35.658
Equipamentos de informática	4.862.515	4.056.960	(4.069.223)	(38.908.610)	955.079	222.237	955.079	222.237
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.707.814	3.448.704	(5.582.012)	(4.757.558)	266.093	(377.290)	266.093	(377.290)
Veículos	496.340	123.921	(26.202.120)	(22.112.197)	189.884	18.751	189.884	18.751
Móveis e Utensílios	2.815.298	1.456.168	(7.233.146)	(7.191.106)	(333.309)	(451.938)	(333.309)	(451.938)
Imobilizações em andamento	2.950.243	5.508.259	(4.713.196)	(3.628.028)	-	-	-	-
Beneficiárias em imóveis de terceiros	24.046.204	14.070.526	(1.738.388)	(2.523.600)	(18.923.321)	(9.823.540)	(18.923.321)	(9.823.540)
Outras imobilizações	161.361	161.362	1.025.586	980.757	(1.050.405)	(133.050)	(1.050.405)	(133.050)
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(20.182.400)	(15.975.045)	-	-	83.684	(105.962)	83.684	(105.962)
Intangíveis	1.541.553	491.148	68.064.598	72.561.608	-	-	-	-
Direitos de uso de softwares	3.805.847	2.385.335	(35.051.094)	(33.896.431)	-	-	-	-
(-) Amortizações acumuladas	(2.264.294)	(1.894.187)	(102.458)	(102.107)	-	-	-	-
Total do Ativo	791.364.270	711.786.051	103.115.692	106.458.039	81.232.948	79.597.116	81.232.948	79.597.116
Passivo Circulante	21.962.563	19.792.478	35.153.551	33.998.538	-	-	-	-
Fornecedores	11.492.670	10.020.564	35.153.551	33.998.538	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	6.845.763	5.890.684	-	-	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9)	2.765.243	2.499.150	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	36.516	226.399	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	822.372	1.155.681	-	-	-	-	-	-
Passivo Não Circulante	7.368.089	8.061.932	42.365.151	(43.339.823)	-	-	-	-
Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas	7.368.089	8.061.932	(7.341.816)	(7.168.089)	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	762.033.618	683.931.641	68.064.598	72.561.608	245.752.802	239.917.068	245.752.802	239.917.068
Patrimônio social (Nota 10)	762.033.618	683.931.641	(9.280.412)	(9.581.224)	293.335.173	284.029.205	293.335.173	284.029.205
Patrimônio social	658.917.926	577.473.602	(25.742.923)	(26.590.510)	1.025.586	980.757	1.025.586	980.757
Superávit / (Déficit) do exercício	103.115.692	106.458.039	103.115.692	106.458.039	-	-	-	-
Total do Passivo	791.364.270	711.786.051	103.115.692	106.458.039	248.252.652	245.651.782	248.252.652	245.651.782

Políticas Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2019

1. Informações Gerais. O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Fimar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade; b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e) Resolução 1.374/11 - NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$) - unidades de moeda brasileira - e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade: **2.1. Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. **2.2. Contas a receber de clientes e outros recebíveis.** Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. **2.3. Estoques.** Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). **2.4. Investimentos.** Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas. **2.5. Imobilizado.** Os itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa - imóveis e equipamentos de maior valia - estão registrados ao valor recuperável destes ativos. **2.6. Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações.** As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais - unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento. **2.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.8. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita - e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment.** Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda. A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa - hospital - ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável. **2.10. Ajuste ao valor presente.** As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros - aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foi calculado com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuados nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício. Em relação aos ativos e passivos não financeiros - contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar - não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste. **2.11. Receitas, Custos e Despesas.** As receitas,

custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos. **3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados.** Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldos de aplicação financeira, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos. b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas. c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

Caixa e Equivalentes de Caixa	2019 Em Reais (1)
Caixa e bancos	994.101
Aplicações financeiras de liquidez imediata	656.969.648
	657.963.750

Outras Contas a Receber	2019 Em Reais (1)
Adiantamentos a funcionários	358.768
Adiantamentos a fornecedores	621.096
Importações em andamento	5.706.767
Outros valores a receber (despesas antecipadas)	638.517
	7.325.149

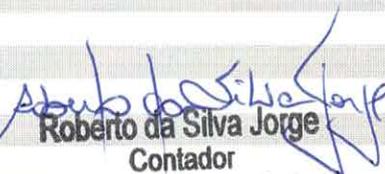
Estoques	2019 Em Reais (1)
Medicamentos e materiais hospitalares	8.001.256
Orteses e próteses	1.154.799
Outros estoques	678.486
	9.834.541

Imobilizado	2019 Em Reais (1)
	Taxa de Depreciação
	ao Ano
	Residual

Grupo de bens	Valor Justo	Depreciação Acumulada	10%	20%	18.180.377
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	30.109.438,13	(11.929.061,47)	10%	20%	18.180.377
Equipamentos de informática	4.862.515,04	(3.255.633,18)	10%	20%	1.606.882
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.707.814,15	(1.451.544,99)	10%	20%	2.256.269
Veículos	496.340,10	(87.571,33)	20%	40%	408.769
Móveis e Utensílios	2.815.298,14	(824.075,21)	10%	20%	1.991.223
Imobilizações em andamento	2.950.243,08	-	0%	0%	2.950.243
Beneficiárias em imóveis de terceiros	24.046.204,32	(2.523.566,22)	4%	10%	21.522.638
Outras imobilizações	161.360,69	(110.947,62)	10%	20%	50.41

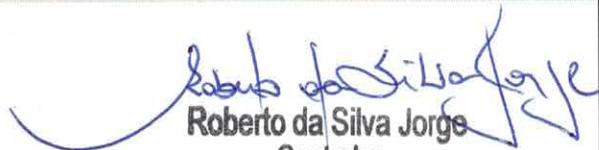
BALANÇO PATRIMONIAL - HSVP

	12/2017	12/2016
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	576.585.867,42	461.673.392,27
ATIVO		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	497.133.786,14	399.943.330,36
Caixa e Bancos	1.849.775,37	2.017.758,85
Aplicações Financeiras	495.284.010,77	397.925.571,51
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	73.115.863,58	57.194.471,13
Convênios Médicos e Atendimentos Particulares	74.698.802,01	57.044.284,13
Outras Contas a Receber	2.141.407,14	1.269.052,96
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-3.724.345,57	-1.118.865,96
ESTOQUES	6.336.217,70	4.535.590,78
Medicamentos e Materiais de Consumo	6.336.217,70	4.535.590,78
ATIVO NÃO CIRCULANTE	29.348.429,24	30.054.360,73
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	217.848,67	470.962,75
Contingências Judiciais	217.848,67	470.962,75
IMOBILIZADO	28.534.541,81	28.743.573,15
Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	18.759.114,55	18.028.797,03
Equipamentos de Informática	3.271.964,71	3.012.183,51
Instrumentos Cirúrgicos e Hospitalares	3.337.436,19	3.393.697,08
Veiculos	273.248,56	273.248,56
Móveis e Utensílios	1.342.882,90	1.328.053,63
Imobilização em Andamento	553.339,32	741.684,15
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	13.585.755,04	11.173.901,23
Outras Imobilizações	150.235,46	150.235,46
(-) Depreciações e Amortizações Acumuladas	-12.739.434,92	-9.358.227,50
INTANGÍVEIS	596.038,76	839.824,83
Direitos de Uso de Softwares	2.252.284,94	2.077.948,97
(-) Amortizações Acumuladas	-1.656.246,18	-1.238.124,14
TOTAL ATIVO	605.934.296,66	491.727.753,00
PASSIVO CIRCULANTE	20.345.059,29	19.948.810,74
Fornecedores	9.984.905,98	8.730.688,01
Obrigações Trabalhistas	5.668.447,00	5.838.606,23
Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	2.876.440,37	2.812.453,84
Adiantamento de Clientes	207.647,69	138.309,05
Outras Contas a Pagar	1.607.618,25	2.428.753,61
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8.131.870,71	4.742.544,33
Provisão para Contingências Judiciais Cíveis e Trabalhistas	8.131.870,71	4.742.544,33
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	577.457.366,66	467.036.397,93
Patrimônio Social	467.118.324,54	382.779.690,87
Superávit / Déficit Acumulado	110.339.042,12	84.052.655,26
TOTAL PASSIVO	605.934.296,66	491.727.753,00


Roberto da Silva Jorge
Contador
CRC-RJ 059353/0-1

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício - Balanço

	12/2017	12/2016
RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	281.591.152,76	229.486.905,80
Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares	281.591.152,76	229.486.905,80
Convênios de saúde privados	273.766.424,05	222.703.524,51
Atendimentos a não conveniados	3.158.306,16	2.613.653,89
Outros serviços hospitalares - Gratuidade	4.666.422,55	4.169.727,40
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	-41.311.893,53	-37.709.524,81
Glosas de convênios	-2.470.078,68	-4.146.490,26
Repasses	-34.047.140,18	-29.248.170,26
Serviços hospitalares - Gratuidades	-4.666.422,55	-4.169.727,40
Descontos e Abatimentos	-128.252,12	-145.136,89
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	240.279.259,23	191.777.380,99
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	-57.880.788,10	-51.231.594,55
Materiais de Uso, Consumo e Expediente e Gastos Gerais	-57.880.788,10	-51.231.594,55
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	182.398.471,13	140.545.786,44
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	-115.096.515,29	-104.656.616,11
Despesas com Pessoal	-72.545.262,00	-69.582.560,76
Materiais de Uso, Consumo e Expediente e Gastos Gerais	-23.627.390,59	-22.805.922,60
Serviços Téc. Especializados de Pessoas Físicas e	-8.144.843,63	-6.326.693,49
Depreciações e Amortizações	-3.858.247,02	-3.657.009,15
Outras Despesas Gerais e Administrativas	-8.082.804,65	-3.125.617,63
Outras Receitas Operacionais	1.162.032,60	841.187,52
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) ANTES DESPESAS/RECEITAS	67.301.955,84	35.889.170,33
Despesas e Receitas Financeiras	43.037.086,28	48.367.536,73
Despesas Financeiras	-98.184,75	-78.804,24
Receitas Financeiras	43.135.271,03	48.446.340,97
SUPERÁVIT/(DEFICIT) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	110.339.042,12	84.256.707,06


Roberto da Silva Jorge
Contador
CRC-RJ 059353/0-1



**HOSPITAL
SÃO VICENTE DE PAULO**

DECLARAÇÃO

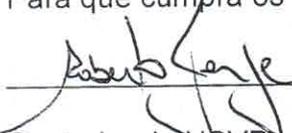
A Imunidade tributária do Hospital São Vicente de Paulo e da Associação São Vicente de Paulo (antiga mantenedora) é prevista em dispositivo constitucional. Conforme o prevê o Art. 150, Inciso VI, Item " c ", da Constituição Federal de 1988, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

O Art. 12 da Lei 9.532/97 determina que para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea c, da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

Na assistência social o que se busca é auxiliar na garantia de direitos básicos de todo ser humano, protegendo a família, a maternidade, a infância, a adolescência, a velhice e os portadores de deficiência física. São finalidades básicas que devem ser cumpridas pelas instituições, dentre elas a educação, a saúde (asilos, saúde mental, hospitais e reabilitação), trabalho, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, combate a doenças, serviços sociais (Art 203 da CF/1988).

Assim, pode-se dizer que para a entidade ser imune, não importa a sua forma de constituição, se associativa ou fundacional, basta que tenham como objeto assistir às áreas sociais, a exemplo da educação e da saúde, em colaboração com o Estado (que deveriam em tese exercer todas essas atividades garantidas pela CF), além de preencher os requisitos dispostos na lei, em especial o da não lucratividade, que não se confunde com a gratuidade dos serviços prestados.

Para que cumpra os efeitos legais, datamos e assinamos abaixo:


Contador do HSVP

Roberto da Silva Jorge
Contador
CRC-RJ 059353/0-1


Setor Fiscal do HSVP

RJ, 13 de Setembro de 2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Ilmos. Srs.
Diretores e Associados do
HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa correspondentes ao período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação de riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar sua opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e as razões das estimativas contábeis feitas pela administração da empresa, bem como a avaliação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência obtida pela auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

O Hospital São Vicente de Paulo foi constituído a partir da cisão parcial da Associação São Vicente de Paulo, com fundamentação na Lei nº 10.406/2002 e Lei nº 6.404/76 com suas alterações. Em função dos trâmites burocráticos nos órgãos públicos estaduais e municipais, se encontra pendente de liberação o alvará de funcionamento na Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/RJ. A entidade ainda está emitindo seu faturamento de serviços com documentos fiscais de titularidade da entidade cindida, em desacordo o princípio contábil da entidade. Os efeitos deste procedimento no resultado do exercício não foi possível determinar.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE – RUA DAS ANDORINHAS, 353 – NOVO MUNDO – 81020-390 – CURITIBA – PARANÁ – TELEFONE # 55 41 3040 6604

Outros Assuntos

Elaboração das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa " 2 ", As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

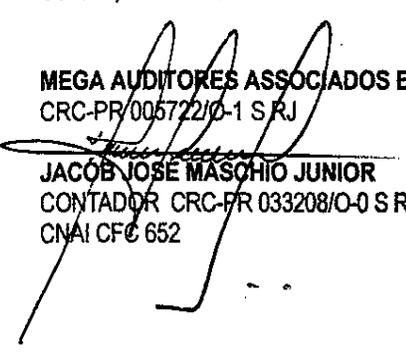
Foi apresentada no conjunto das demonstrações contábeis do exercício a Demonstração do Valor Adicionado. De acordo com as normas contábeis e legislação vigente, a Entidade esta desobrigada de apresentar a referida demonstração, porém a administração da Entidade decidiu por apresentar esta demonstração título de informações complementares. Sobre a referida demonstração foram aplicados os procedimentos de auditoria externa.

Auditoria relativa ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2015, foram por nós auditadas, com parecer datado de 31 de março de 2015 com ressalvas em relação ao princípio contábil da entidade em função da utilização de documentos fiscais e outros documentos de titularidade da entidade cindida, e parágrafos de ênfase quando a elaboração das demonstrações contábeis e apresentação da demonstração do valor adicionado.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2016.

MEGA AUDITORES ASSOCIADOS EIRELI SIMPLES EPP
CRC-PR/005722/O-1 S RJ



JACOB JOSE MASCHIO JUNIOR
CONTADOR CRC-PR 033208/O-0 S RJ
CNAI CFC 652

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
 CNPJ 18.010.750/0001-00
 Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

(Em Reais 1)

	Nota Explicativa	2.015	2.014
ATIVO CIRCULANTE		374.789.918	312.959.696
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.	330.422.234	267.572.992
Caixa e bancos		2.308.499	2.740.651
Aplicações financeiras de liquidez imediata		328.113.735	264.832.341
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		39.924.752	40.988.190
Sistema Único de Saúde		0	0
Convênios médicos e atendimentos particulares		37.768.969	41.239.971
Outras contas e receber	5.	2.742.040	966.158
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(586.257)	(1.217.939)
ESTOQUES		4.442.932	4.398.514
Medicamentos e materiais de consumo	6.	4.442.932	4.398.514
ATIVO NÃO CIRCULANTE		30.366.215	26.205.760
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		26.871	3.768
Contingências judiciais		26.871	3.768
IMOBILIZADO	7.	29.336.343	25.282.526
Máquinas, aparelhos e equipamentos		17.369.563	16.576.561
Equipamentos de informática		2.867.436	1.599.723
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares		2.805.269	734.466
Veículos		273.249	273.249
Móveis e Utensílios		1.089.000	796.376
Imobilizações em andamento		64.098	81.507

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE – RUA DAS ANDORINHAS, 353 – NOVO MUNDO – 81020-390 – CURITIBA – PARANÁ – TELEFONE # 55 41 3040 6604

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
ATIVO
(Em Reais 1)

	Nota Explicativa	2.015	2.014
Benfeitorias em imóveis de terceiros		10.916.166	8.687.111
Outras imobilizações		157.613	157.614
(-) Depreciações e amortizações acumuladas		(6.206.051)	(3.624.081)
INTANGÍVEIS		<u>1.003.001</u>	<u>919.466</u>
Direitos de uso de softwares		1.854.450	1.419.938
(-) Amortizações acumuladas		(851.449)	(500.472)
TOTAL DO ATIVO		<u>405.156.133</u>	<u>339.165.456</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais 1)

	Nota Explicativa	2.015	2.014
PASSIVO CIRCULANTE		17.863.463	16.104.880
Fornecedores		8.135.254	8.256.701
Obrigações trabalhistas	8.	5.252.443	4.769.902
Impostos, taxas e contribuições diversas	9.	2.589.183	2.026.963
Adiantamentos de clientes		109.741	108.421
Outras contas a pagar		1.776.842	942.893
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.869.162	4.407.718
Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas		4.869.162	4.407.718
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		382.423.508	318.652.858
Patrimônio social	10.	382.423.508	318.652.858
Patrimônio social		315.595.328	269.977.227
Superávit / (Déficit) do exercício		66.828.180	48.675.631
Ajustes por avaliação patrimonial		0	0
TOTAL DO PASSIVO		405.156.133	339.165.456

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
 CNPJ 18.010.750/0001-00
 Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 (Em Reais 1)

	Nota Explicativa	PERÍODO	
		De 01/JAN./2015 a 31/DEZ./2015	De 01/JAN./2014 a 31/DEZ./2014
RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE		206.741.149	188.956.431
Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares		206.741.149	188.956.431
Convênios de saúde privados		198.746.860	182.182.355
Atendimentos a não conveniados		3.118.122	3.149.988
Sistema único de saúde		0	33.906
Outros serviços hospitalares - gratuidades		4.876.167	3.590.182
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		(33.926.018)	(29.908.848)
Glosas de convênios		(1.762.318)	(2.251.201)
Repasses		(26.757.396)	(23.900.801)
Serviços hospitalares - gratuidades		(4.876.167)	(3.590.182)
Descontos e Abatimentos		(530.137)	(166.664)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		172.815.131	159.047.583
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		(47.225.540)	(45.310.307)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	11.	(47.225.540)	(45.310.307)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		126.904.688	114.815.185
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(98.230.462)	(93.607.138)
Despesas com pessoal	12.	(64.691.735)	(59.591.587)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	13.	(20.511.873)	(19.718.664)
Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas		(8.080.047)	(9.335.783)
Depreciações e amortizações		(3.060.293)	(2.168.822)
Outras despesas gerais e administrativas		(1.886.514)	(2.792.282)
Outras Receitas Operacionais	14.	1.315.097	1.077.909

SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE – RUA DAS ANDORINHAS, 353 – NOVO MUNDO – 81020-390 – CURITIBA – PARANÁ – TELEFONE # 55 41 3040 6604

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em Reais 1)

	Nota Explicativa	PERÍODO	
		De 01/JAN./2015 a 31/DEZ./2015	De 01/JAN./2014 a 31/DEZ./2014
DESPEAS E RECEITAS FINANCEIRAS		28.674.226	21.208.047
Despesas e Receitas Financeiras		38.153.954	27.467.584
Despesas Financeiras		(88.457)	(106.843)
Receitas Financeiras		38.242.411	27.574.427
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		66.828.180	48.675.631
BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO		27.882.035	21.297.142
ISENÇÕES E IMUNIDADES	15.	(27.882.035)	(21.297.142)
COFINS		(5.184.454)	(4.771.427)
Contribuição Social sobre o Lucro		(6.014.536)	(4.380.807)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(16.683.045)	(12.144.908)
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		66.828.180	48.675.631

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em Reais 1)

CONTA DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL		TOTAL
	Superávits e Déficits Acumulados	Superávit do Exercício	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014	249.626.930	23.889.572	273.516.502
Transferência para Patrimônio Social	23.889.572	(23.889.572)	0
Ajuste por Avaliação Patrimonial	(3.539.275)	0	(3.539.275)
Superávit / (Déficit) do Exercício	0	48.675.631	48.675.631
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	269.977.227	48.675.631	318.652.858
Transferência para Patrimônio Social	48.675.631	(48.675.631)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores	(3.057.530)	0	(3.057.530)
Superávit / (Déficit) do Exercício	0	66.828.180	66.828.180
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	315.595.328	66.828.180	382.423.508

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
(Em Reais 1)

	PERÍODO DE	
	01/JAN./2015 A 31/DEZ./2015	01/JAN./2014 A 31/DEZ./2014
1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	69.942.624	39.021.362
Resultado líquido ajustado	66.533.339	48.560.684
Resultado do exercício	66.828.180	48.675.631
Ajustes		
Depreciações e amortizações	3.060.293	2.168.822
Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos	(631.682)	347.413
Baixas de bens do imobilizado	(127.366)	517.852
Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar	461.444	390.241
Transferências para o patrimônio social	(3.057.530)	(3.539.275)
Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante	1.650.702	(11.322.260)
Clientes e outros recebíveis	1.695.120	(11.252.503)
Estoques	(44.418)	(69.757)
Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante	1.758.583	1.782.938
Fornecedores	(121.447)	1.193.663
Obrigações trabalhistas	482.541	464.142
Impostos, taxas e contribuições diversas	562.220	118.795
Prestadores de serviços	1.320	4.213
Outras contas a pagar	833.949	2.125
2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.093.382)	(9.693.896)
Aquisição de investimentos	0	0
Aquisições do imobilizado	(6.635.767)	(9.662.900)
Aquisições de intangíveis	(434.512)	(165.930)
Outros valores a receber	(23.103)	134.934
3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0	0
4 - VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO	62.849.242	29.327.466
5 - RESUMO		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	267.572.992	238.245.526
Varição das disponibilidades no período	62.849.242	29.327.466
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	330.422.234	267.572.992

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE – RUA DAS ANDORINHAS, 353 – NOVO MUNDO – 81020-390 – CURITIBA – PARANÁ – TELEFONE # 55 41 3040 6604

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais 1)

	2.015	2.014
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		
RECEITAS	<u>174.130.228</u>	<u>160.125.492</u>
Prestação de serviços hospitalares	206.741.149	188.956.431
Outras Receitas Operacionais	1.315.097	1.077.909
(-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos	(33.926.018)	(29.908.848)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>(22.398.387)</u>	<u>(22.510.946)</u>
Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo	(20.511.873)	(19.718.664)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.886.514)	(2.792.282)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>151.731.841</u>	<u>137.614.546</u>
RETENÇÕES	<u>(3.060.293)</u>	<u>(2.168.822)</u>
Depreciações, Amortizações e Exaustões	(3.060.293)	(2.168.822)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>148.671.548</u>	<u>135.445.724</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>38.242.411</u>	<u>27.574.427</u>
Receitas Financeiras	38.242.411	27.574.427
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>186.913.959</u>	<u>163.020.151</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Custos com Material de Uso e Consumo com Ativ. de Saúde	47.225.540	45.310.307
Custos com Pessoal e Encargos com Ativ. de Saúde	64.691.735	59.591.587
Serviços técnicos e especializados de terceiros com Ativ. de Saúde	8.080.047	9.335.783
Despesas Financeiras	88.457	106.843
Superávit / (Déficit) do Exercício	66.828.180	48.675.631
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	<u>186.913.959</u>	<u>163.020.151</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Rio de Janeiro - RJ

POLÍTICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. Informações Gerais

O Hospital São Vicente de Paulo, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:

2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3 Estoques

Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4 Investimentos

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5 Imobilizado

Os Itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos.

2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.

2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda.

A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável.

2.10 Ajuste ao valor presente

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuada nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.

2.11 Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contra-parte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que

surtem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos.

- b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2015 Em Reais (1)
Caixa e bancos	2.308.499
Aplicações financeiras de liquidez imediata	328.113.735
	<u>330.422.234</u>

5. Outras Contas a Receber

	2015 Em Reais (1)
Adiantamentos a funcionários	336.174
Adiantamentos a fornecedores	2.247.093
Importações em andamento	99.950
Outros valores a receber	58.823
	<u>2.742.040</u>

6. Estoques

	2015 Em Reais (1)
Medicamentos e materiais hospitalares	3.420.301
Orteses e próteses	842.066
Outros estoques	180.565
	<u>4.442.932</u>

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE – RUA DAS ANDORINHAS, 353 – NOVO MUNDO – 81020-390 – CURITIBA – PARANÁ – TELEFONE # 55 41 3040 6604

7. Imobilizado

2015
Em Reais (1)

Grupo de bens	Valor Justo	Depreciação Acumulada	Taxa de Depreciação ao Ano	Valor Residual
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	17.369.563	(4.055.657)	10% a 20%	13.313.906
Equipamentos de informática	2.867.436	(1.078.349)	10% a 20%	1.789.087
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	2.805.269	(159.003)	10% a 20%	2.646.266
Veículos	273.249	(168.503)	20%	104.746
Móveis e Utensílios	1.089.000	(230.465)	10% a 20%	858.535
Imobilizações em andamento	64.098	0	0%	64.098
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.916.166	(472.397)	4% a 10%	10.443.769
Outras imobilizações	157.613	(41.677)	10% a 20%	115.936
TOTAL	35.542.394	(6.206.051)		29.336.343

8. Obrigações trabalhistas

2015
Em Reais (1)

Salários a Pagar	12.597
Férias a pagar	5.239.846
	<u>5.252.443</u>

9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

2015
Em Reais (1)

Impostos a recolher	614.709
Contribuições e encargos sociais e previdenciários	1.974.474
	<u>2.589.183</u>

10. Patrimônio Social

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

	2015 Em Reais (1)
Material hospitalar	8.323.155
Drogas e medicamentos	17.076.846
Orteses e próteses	19.961.640
Outros gastos	1.863.899
	<u>47.225.540</u>

12. Despesas com Pessoal

	2015 Em Reais (1)
Salários e ordenados	37.665.373
Encargos sociais e previdenciários	17.285.701
Benefícios	9.740.661
	<u>64.691.735</u>

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

	2015 Em Reais (1)
Utilidades e serviços	3.434.576
Material de consumo	3.287.055
Manutenção e locação	8.765.147
Generos alimentícios	2.884.795
Outros gastos	2.140.300
	<u>20.511.873</u>

14. Outras Receitas Operacionais

	2015 Em Reais (1)
Alugueis	109.053
Recuperação de despesas	853.150
Donativos	201,574
Outras receitas	<u>151.320</u>
	1.315.097

15. Isenções e Imunidades

15.1 Imunidade

O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea "c", do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988.

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir.

TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO	2015 Em Reais (1)
- COFINS	5.184.454
- Contribuição Social sobre o Lucro	6.014.536
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica	16.683.045

16. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

17. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 28 de janeiro de 2016.

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF
Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ
18.010.750/0001-00

SCP

NOME EMPRESARIAL
Hospital São Vicente de Paulo

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO
01/01/2016 a 31/12/2016

SITUAÇÃO
Normal

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
2F.CA.2F.89.71.9A.F3.BC.54.2C.DF.2B.64.A7.3D.A2.50.66.70.45

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Contador/Contabilista	76663230778	ROBERTO DA SILVA JORGE:76663230778	41294453202798053	02/08/2016 a 02/08/2019
Diretor	18010750000100	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO:18010750000100	163191235784463465236 32980843602157262	19/04/2016 a 18/04/2019

NÚMERO DO RECIBO:

2F.CA.2F.89.71.9A.F3.BC.54.2C.DF.2B
.64.A7.3D.A2.50.66.70.45-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 25/07/2017 às 09:49:56

53.CB.BB.3C.DE.4A.76.1A
7F.65.8B.65.2B.53.FD.C6

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF

Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ

18.010.750/0001-00

SCP

NOME EMPRESARIAL

Hospital São Vicente de PAulo

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO

01/01/2017 a 31/12/2017

SITUAÇÃO

Normal

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)

2B.84.E5.25.06.A4.09.05.91.44.8D.6C.5E.6C.09.D9.26.9A.73.83

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Contador/Contabilista	76663230778	ROBERTO DA SILVA JORGE:76663230778	41294453202798053	02/08/2016 a 02/08/2019
Diretor	18010750000100	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO: 18010750000100	163191235784463465236 32980843602157262	19/04/2016 a 18/04/2019

NÚMERO DO RECIBO:

2B.84.E5.25.06.A4.09.05.91.44.8D.6C.
5E.6C.09.D9.26.9A.73.83-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 20/07/2018 às 15:54:23

FA.32.B3.40.AC.EC.96.43 63.05.
D1.81.A3.5D.05.38

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF

Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ
18.010.750/0001-00

SCP

NOME EMPRESARIAL
Hospital São Vicente de Paulo

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO
01/01/2018 a 31/12/2018

SITUAÇÃO
Normal

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)

B8.DA.F3.A4.FC.CE.45.87.1A.AE.74.D4.31.35.65.65.88.27.C4.2C

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Contador/Contabilista	76663230778	ROBERTO DA SILVA JORGE:76663230778	41294453202798053	02/08/2016 a 02/08/2019
Diretor	79277101768	MARIA CRISTINA D ABRUZZO:79277101768	830760179770725199682 59229045988119496	28/02/2019 a 27/02/2022

NÚMERO DO RECIBO:

B8.DA.F3.A4.FC.CE.45.87.1A.AE.74.D4
.31.35.65.65.88.27.C4.2C-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 23/07/2019 às 13:59:00

E2.4E.73.33.50.6B.1D.07
E2.46.9D.D8.50.B6.91.69

→☆ continuação

XP CONTROLE 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 25.176.854/0001-54

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais)

o montante de R\$ 10.680.000, deliberados conforme segue; AGE de 25 de março de 2019 aprovou o aumento de capital de R\$ 180.000, AGE de 24 de julho de 2019 aprovou o aumento de capital de R\$ 5.000.000, e AGE de 30 de dezembro de 2019 aprovou o aumento de capital de R\$ 5.500.000.

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS: Gestão de riscos - A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado. O gerenciamento de riscos é

exercido de modo integrado e independente, onde são formalizadas as políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e subscrição. Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES: Impactos COVID-19 - Em janeiro de 2020 a China relatou ao mundo que estava enfrentando um surto de doença na saúde pública relacionada a um novo tipo de vírus da "família"

SARS (*Severe Acute Respiratory Syndrome*), denominado de COVID-19, o que mais tarde veio a se tornar uma pandemia global declarada pela OMS em 11 de março de 2020. A XP Controle 4 está em processo de avaliação dos impactos de como a pandemia poderia afetar os resultados comerciais e financeiros da empresa investida (XP Vida e Previdência S.A.). Essa avaliação ainda dependerá de desenvolvimentos futuros, que são incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do COVID-19 e as ações para conter ou tratar os impactos, entre outros.

DIRETORIA	
Guilherme Dias Fernandes Benchimol Diretor	Fabricao Cunha de Almeida Diretor
Jairo Luiz de Araújo Brito Contador - CRC: RJ-110743/O-4	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **XP Controle 4 Participações S.A.** - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da XP Controle 4 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de fevereiro de 2019 sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se,

com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2020

pwc
PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Guerguiev
Contador - CRC 1SP245281/O-6

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1)			Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1)			Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto (Em Reais 1)		
	2019	2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante	740.715.776	676.728.087	293.335.173	284.029.205	101.022.890	89.659.668	101.022.890	89.659.668
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	657.963.750	576.730.902	293.335.173	284.029.205	81.607.647	110.757.353	81.607.647	110.757.353
Caixa e bancos	994.101	2.602.528	283.706.121	275.694.150	103.115.692	106.458.039	103.115.692	106.458.039
Aplicações financeiras de liquidez imediata	656.969.648	574.128.374	4.047.040	3.577.497	-	-	-	-
Contas a Receber de Clientes e outros Recebíveis	72.917.485	92.710.367	5.582.012	4.757.558	4.713.196	3.628.028	4.713.196	3.628.028
Convênios médicos e atendimentos particulares	69.034.910	89.125.432	(48.607.956)	(45.092.893)	-	-	-	-
Outras contas a receber (Nota 5)	7.325.149	8.033.225	(1.922.322)	(1.364.911)	(792.699)	723.945	(792.699)	723.945
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.442.574)	(4.448.290)	(4.069.223)	(38.908.610)	7.276	1.045	7.276	1.045
Estoques	9.834.541	7.286.818	(5.582.012)	(4.757.558)	(2.170.085)	(69.939)	(2.170.085)	(69.939)
Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6)	9.834.541	7.286.818	(34.399)	(61.814)	(422.103)	(69.939)	(422.103)	(69.939)
Ativo Não Circulante	50.648.494	35.057.964	244.727.217	238.936.312	(25.013.715)	16.235	(25.013.715)	16.235
Realizável a Longo Prazo	140.127	323.811	(60.647.204)	(61.696.127)	17.245.159	(20.545.104)	17.245.159	(20.545.104)
Contingências judiciais	140.127	323.811	(60.647.204)	(61.696.127)	19.792.882	(19.594.503)	19.792.882	(19.594.503)
Imobilizado (Nota 7)	48.966.814	34.243.005	184.080.013	177.240.185	(2.547.723)	(950.600)	(2.547.723)	(950.600)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	30.109.438	21.392.150	(77.154.153)	(70.204.403)	2.170.085	(552.581)	2.170.085	(552.581)
Equipamentos de informática	4.862.515	4.056.960	(7.341.816)	(7.168.089)	1.472.106	35.658	1.472.106	35.658
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.707.814	3.448.704	(9.280.412)	(9.581.224)	955.079	222.237	955.079	222.237
Veículos	496.340	123.921	(25.742.923)	(26.590.510)	266.093	(377.290)	266.093	(377.290)
Móveis e Utensílios	2.815.298	1.456.168	1.025.586	980.757	(189.884)	18.751	(189.884)	18.751
Imobilizações em andamento	2.950.243	5.508.259	(7.233.146)	(7.191.106)	(333.309)	(451.938)	(333.309)	(451.938)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	24.046.204	14.070.526	(4.713.196)	(3.628.028)	(19.789.942)	(10.062.552)	(19.789.942)	(10.062.552)
Outras imobilizações	161.361	161.362	(1.738.388)	(2.523.600)	-	-	-	-
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(20.182.400)	(15.975.045)	1.025.586	980.757	(18.923.321)	(9.823.540)	(18.923.321)	(9.823.540)
Intangíveis	1.541.553	491.148	35.051.094	33.896.431	(1.050.405)	(133.050)	(1.050.405)	(133.050)
Direitos de uso de softwares	3.805.847	2.385.335	(7.341.816)	(7.168.089)	183.684	(105.962)	183.684	(105.962)
(-) Amortizações acumuladas	(2.264.294)	(1.894.187)	1.025.586	980.757	-	-	-	-
Total do Ativo	791.364.270	711.786.051	103.115.692	106.458.039	81.232.948	79.597.116	81.232.948	79.597.116
Passivo Circulante	21.962.563	19.792.478	35.153.551	33.998.538	657.963.750	576.730.902	657.963.750	576.730.902
Fornecedores	11.492.670	10.020.564	35.153.551	33.998.538	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	6.845.763	5.890.684	(102.458)	(102.107)	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9)	2.765.243	2.499.150	(25.742.923)	(26.590.510)	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	36.516	226.399	103.115.692	106.458.039	-	-	-	-
Outras contas a pagar	822.372	1.155.681	103.115.692	106.458.039	-	-	-	-
Passivo Não Circulante	7.368.089	8.061.932	42.365.151	(43.339.823)	(27.940.507)	(24.635.796)	(27.940.507)	(24.635.796)
Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas	7.368.089	8.061.932	(7.341.816)	(7.168.089)	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	762.033.618	683.931.641	(9.280.412)	(9.581.224)	245.752.802	239.917.068	245.752.802	239.917.068
Patrimônio social (Nota 10)	762.033.618	683.931.641	(9.280.412)	(9.581.224)	293.335.173	284.029.205	293.335.173	284.029.205
Patrimônio social	658.917.926	577.473.602	(25.742.923)	(26.590.510)	1.025.586	980.757	1.025.586	980.757
Superávit / (Déficit) do exercício	103.115.692	106.458.039	103.115.692	106.458.039	-	-	-	-
Total do Passivo	791.364.270	711.786.051	103.115.692	106.458.039	248.252.652	245.651.782	248.252.652	245.651.782

Políticas Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2019

1. Informações Gerais. O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Fimar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade; b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e) Resolução 1.374/11 - NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$) - unidades de moeda brasileira - e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade: **2.1. Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. **2.2. Contas a receber de clientes e outros recebíveis.** Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. **2.3. Estoques.** Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). **2.4. Investimentos.** Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas. **2.5. Imobilizado.** Os itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa - imóveis e equipamentos de maior valia - estão registrados ao valor recuperável destes ativos. **2.6. Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações.** As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais - unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento. **2.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.8. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita - e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment.** Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda. A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa - hospital - ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável. **2.10. Ajuste ao valor presente.** As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros - aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foi calculado com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuados nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício. Em relação aos ativos e passivos não financeiros - contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar - não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste. **2.11. Receitas, Custos e Despesas.** As receitas,

custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos. **3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados.** Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldos de aplicação financeira, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos. b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas. c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

Caixa e Equivalentes de Caixa	2019 Em Reais (1)
Caixa e bancos	994.101
Aplicações financeiras de liquidez imediata	656.969.648
	657.963.750

Outras Contas a Receber	2019 Em Reais (1)
Adiantamentos a funcionários	358.768
Adiantamentos a fornecedores	621.096
Importações em andamento	5.706.767
Outros valores a receber (despesas antecipadas)	638.517
	7.325.149

Estoques	2019 Em Reais (1)
Medicamentos e materiais hospitalares	8.001.256
Orteses e próteses	1.154.799
Outros estoques	678.486
	9.834.541

Imobilizado	2019 Em Reais (1)
	Taxa de Depreciação
	ao Ano
	Residual

Grupo de bens	Valor Justo	Depreciação Acumulada	Taxa de Depreciação ao Ano	Valor Residual
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	30.109.438,13	(11.929.061,47)	10%	18.180.377
Equipamentos de informática	4.862.515,04	(3.255.633,18)	10%	1.606.882
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.707.814,15	(1.451.544,99)	10%	2.256.269
Veículos	496.340,10	(87.571,33)	20%	408.769
Móveis e Utensílios	2.815.298,14	(824.075,21)	10%	1.991.223
Imobilizações em andamento	2.950			



São Paulo, 16 de março de 2.018

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – HSVP

Apresentamos o relatório analítico auditoria do balanço patrimonial, demonstração do resultado do ano de 2017, com as demonstrações financeiras:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas

Continuamos a inteira disposição;

Atenciosamente

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR CRC- 1SP 186.638/0-3
AUDITOR INDEPENDENTE – CFC CNAI – 1922
IBRACON – INSTITUTO BRASILEIRO AUDITORES INDEPENDENTES – 4108



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

(Em Reais 1)

	Nota Explicativa	2.017	2.016
ATIVO CIRCULANTE		<u>576.585.867</u>	<u>461.673.393</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.	<u>497.133.786</u>	<u>399.943.330</u>
Caixa e bancos		1.849.775	2.017.759
Aplicações financeiras de liquidez imediata		495.284.011	397.925.572
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		<u>73.115.864</u>	<u>57.194.471</u>
Convênios médicos e atendimentos particulares		74.698.802	57.044.284
Outras contas e receber	5.	2.141.407	1.269.053
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.724.346)	(1.118.866)
ESTOQUES		<u>6.336.218</u>	<u>4.535.592</u>
Medicamentos e materiais de consumo	6.	6.336.218	4.535.592
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>29.348.429</u>	<u>30.054.360</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>217.849</u>	<u>470.963</u>
Contingências judiciais		217.849	470.963

IMOBILIZADO	7.	<u>28.534.542</u>	<u>28.743.572</u>
Máquinas, aparelhos e equipamentos		18.759.115	18.028.796
Equipamentos de informática		3.271.965	3.012.184
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares		3.337.436	3.393.697
Veículos		273.249	273.249
Móveis e Utensílios		1.342.883	1.328.054
Imobilizações em andamento		553.339	741.684
Benfeitorias em imóveis de terceiros		13.585.755	11.173.901
Outras imobilizações		150.235	150.235
(-) Depreciações e amortizações acumuladas		(12.739.435)	(9.358.228)
INTANGÍVEIS		<u>596.039</u>	<u>839.825</u>
Direitos de uso de softwares		2.252.285	2.077.949
(-) Amortizações acumuladas		(1.656.246)	(1.238.124)
TOTAL DO ATIVO		<u>605.934.297</u>	<u>491.727.753</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais 1)

	Nota Explicativa	2.017	2.016
PASSIVO CIRCULANTE		<u>20.345.059</u>	<u>19.948.810</u>
Fornecedores		9.984.906	8.730.688
Obrigações trabalhistas	8.	5.668.447	5.838.606
Impostos, taxas e contribuições diversas	9.	2.876.440	2.812.453
Adiantamentos de clientes		207.648	138.309
Outras contas a pagar		1.607.619	2.428.754
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>8.131.871</u>	<u>4.742.544</u>
Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas		8.131.871	4.742.544
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>577.457.367</u>	<u>467.036.399</u>
Patrimônio social	10.	<u>577.457.367</u>	<u>467.036.399</u>
Patrimônio social		467.118.325	382.779.691
Superávit / (Déficit) do exercício		110.339.042	84.256.708
TOTAL DO PASSIVO		<u>605.934.297</u>	<u>491.727.753</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro – RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais 1)

	PERÍODO	
	De	De
Nota	01/JAN./2017	01/JAN./2016
Explicativa	31/DEZ./2017	31/DEZ./2016
RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	281.591.153	229.486.906
Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares	281.591.153	229.486.906
Convênios de saúde privados	273.766.424	222.703.525
Atendimentos a não conveniados	3.158.306	2.613.654
Outros serviços hospitalares – gratuidades	4.666.423	4.169.727
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(41.311.894)	(37.709.524)
Glosas de convênios	(2.470.079)	(4.146.490)
Repasses	(34.047.140)	(29.248.170)
Serviços hospitalares – gratuidades	(4.666.423)	(4.169.727)
Descontos e Abatimentos	(128.252)	(145.137)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	240.279.259	191.777.382
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	(57.880.788)	(51.231.595)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	11. (57.880.788)	(51.231.595)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	182.398.471	140.545.787

RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(115.096.515)</u>	<u>(104.656.616)</u>
Despesas com pessoal	12.	(72.545.262)	(69.582.561)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	13.	(23.627.391)	(22.805.923)
Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas		(8.144.844)	(6.326.693)
Depreciações e amortizações		(3.858.247)	(3.657.009)
Outras despesas gerais e administrativas		(8.082.805)	(3.125.618)
Outras Receitas Operacionais	14.	<u>1.162.033</u>	<u>841.188</u>
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		<u>67.301.956</u>	<u>35.889.171</u>
Despesas e Receitas Financeiras		<u>43.037.086</u>	<u>48.367.537</u>
Despesas Financeiras		(98.185)	(78.804)
Receitas Financeiras		43.135.271	48.446.341
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		<u>110.339.042</u>	<u>84.256.708</u>
BENEFICIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO		<u>(44.699.669)</u>	<u>34.376.522</u>
ISENÇÕES E IMUNIDADES	15.	<u>(44.699.669)</u>	<u>(34.376.522)</u>
COFINS		(7.208.378)	(5.753.241)
Contribuição Social sobre o Lucro		(9.930.531)	(7.583.104)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(27.560.761)	(21.040.177)
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>110.339.042</u>	<u>84.256.708</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em Reais 1)

CONTA DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL		TOTAL
	Superávits e Déficits Acumulados	Superávit do Exercício	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2016	315.595.328	66.828.180	382.423.508
Transferência para Patrimônio Social	66.828.180	(66.828.180)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores	356.186	0	356.186
Superávit / (Déficit) do Exercício	0	84.256.708	84.256.708
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	382.779.691	84.256.708	467.036.399
Transferência para Patrimônio Social	84.256.708	(84.256.708)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores	81.926	0	81.926
Superávit / (Déficit) do Exercício	0	110.339.042	110.339.042
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	467.118.325	110.339.042	577.457.367



(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO

(Em Reais 1)

	PERÍODO DE	
	01/JAN./2017 A 31/DEZ./2017	01/JAN./2016 A 31/DEZ./2016
1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	100.458.935	73.071.922
Resultado líquido ajustado	120.390.183	88.881.561
Resultado do exercício	110.339.042	84.256.708
Ajustes		
Depreciações e amortizações	3.858.247	3.657.009
Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos	2.605.480	532.609
Baixas de bens do imobilizado	116.162	205.670
Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar	3.389.327	(126.618)
Transferências para o patrimônio social	81.926	356.183
Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante	(20.327.498)	(17.894.988)
Clientes e outros recebíveis	(18.526.872)	(17.802.328)
Estoques	(1.800.626)	(92.660)

Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante	396.249	2.085.349
Fornecedores	1.290.400	225.939
Obrigações trabalhistas	(170.159)	777.439
Impostos, taxas e contribuições diversas	63.987	31.997
Prestadores de serviços	(36.182)	369.495
Outras contas a pagar	(751.797)	680.479
2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(3.268.479)</u>	<u>(3.550.826)</u>
Aquisição de investimentos	0	0
Aquisições do imobilizado	(3.347.257)	(2.883.235)
Aquisições de intangíveis	(174.336)	(223.499)
Outros valores a receber	253.114	(444.092)
3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>0</u>	<u>0</u>
4 - VARIAÇÕES DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO	<u>97.190.456</u>	<u>69.521.096</u>
5 – RESUMO		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	399.943.330	330.422.234
Variação das disponibilidades no período	97.190.456	69.521.096
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	497.133.786	399.943.330

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

Rio de Janeiro - RJ

POLITICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

1. Informações Gerais

O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRATICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:

2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3 Estoques

Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4 Investimentos

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5 Imobilizado

Os Itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos.

2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.

2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda.

A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável.

2.10 Ajuste ao valor presente

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuada nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.

2.11 Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos.

- b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017 Em Reais (1)
Caixa e bancos	1.849.775
Aplicações financeiras de liquidez imediata	495.284.011
	497.133.786

5. Outras Contas a Receber

	2017 Em Reais (1)
Adiantamentos a funcionários	383.083
Adiantamentos a fornecedores	485.570
Importações em andamento	1.065.207
Outros valores a receber (despesas antecipadas)	207.546
	2.141.407

6. Estoques

	2017 Em Reais (1)
Medicamentos e materiais hospitalares	4.765.163
Orteses e próteses	983.019
Outros estoques	588.034
	6.336.218

7. Imobilizado

Grupo de bens	Valor Justo	Depreciação Acumulada	Taxa de Depreciação ao Ano	2017
				Em Reais (1)
				Valor Residual
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	18.759.114	(7.535.802)	10% a 20%	11.223.312
Equipamentos de informática	3.271.964	(2.256.709)	10% a 20%	1.015.255
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.337.436	(772.272)	10% a 20%	2.565,164
Veículos	273.249	(273,249)	20%	0
Móveis e Utensílios	1.342.882	(452.933)	10% a 20%	889.949
Imobilizações em andamento	553.339	0	0%	553.339
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13.585.755	0	4% a 10%	13.585.755
Outras imobilizações	150.235	(69.455)	10% a 20%	80.780
TOTAL	28.534.542	(12.739.434)		28.743.572

8. Obrigações trabalhistas

	2017
	Em Reais (1)
Salários a Pagar	6.703
Férias a pagar	5.661.744
	<hr/>
	5.668.447

9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

	2017 Em Reais (1)
Impostos a recolher/outros taxas	618.695
Contribuições e encargos sociais e previdenciários	2.257,745
	2.876.440

10. Patrimônio Social

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

	2017 Em Reais (1)
Material hospitalar	9.849.988
Drogas e medicamentos	23.047.559
Orteses e próteses	23.304.967
Outros gastos	1.678.274
	57.880.788

12. Despesas com Pessoal

	2017 Em Reais (1)
Salários e ordenados	37.101.479
Encargos sociais e previdenciários	25.134.839
Benefícios	10.308.944
	72.545.262

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

	2017 Em Reais (1)
Utilidades e serviços	2.462.197
Material de consumo	3.295.321
Manutenção e locação	11.766.557
Gêneros alimentícios	2.896.716
Outros gastos	3.206.600
	<u>23.627.391</u>

14. Outras Receitas Operacionais

	2017 Em Reais (1)
Aluguéis	148.616
Recuperação de despesas	386.110
Donativos	308.969
Outras receitas	318.338
	<u>1.162.033</u>

15. Isenções e Imunidades

15.1 Imunidade

O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea "c", do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988.

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir.

TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO

2017
Em Reais (1)

- COFINS	7.208.378
- Contribuição Social sobre o Lucro	9.930.531
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica	27.560.761

16. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

17. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 30 de janeiro de 2017.

Fim



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administrados do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**, Rio de Janeiro-RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de Dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de



auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16 de março de 2.018.

EVR AUDITORES INDEPENDENTES - 2SP036695/O-6 "RJ".

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR: 1SP 186638/O-3
CNAI: 1922
IBRACON: 4108





São Paulo, 13 de março de 2.020.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – HSVP
Ir. Cristina e Ir. Jacira

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 007/20
Período abrangência dos exames de auditoria: **Exercício 2.019**

Apresentamos o relatório analítico auditoria do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício referente **Exercício de 2019**, com as demonstrações financeiras:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas

Continuamos a inteira disposição;

Atenciosamente

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR CRC- 1SP 186.638/0-3
AUDITOR INDEPENDENTE – CFC CNAI – 1922
IBRACON – INSTITUTO BRASILEIRO AUDITORES INDEPENDENTES – 4108



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO (Em Reais 1)

	Nota Explicativa	2.019	2.018
ATIVO CIRCULANTE		<u>740.715.776</u>	<u>676.728.087</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.	<u>657.963.750</u>	<u>576.730.902</u>
Caixa e bancos		994.101	2.602.528
Aplicações financeiras de liquidez imediata		656.969.648	574.128.374
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		<u>72.917.485</u>	<u>92.710.367</u>
Convênios médicos e atendimentos particulares		69.034.910	89.125.432
Outras contas e receber	5.	7.325.149	8.033.225
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.442.574)	(4.448.290)
ESTOQUES		<u>9.834.541</u>	<u>7.286.818</u>
Medicamentos e materiais de consumo	6.	9.834.541	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>50.648.494</u>	<u>35.057.964</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>140.127</u>	<u>323.811</u>
Contingências judiciais		140.127	323.811
IMOBILIZADO	7.	<u>48.966.814</u>	<u>34.243.005</u>



Máquinas, aparelhos e equipamentos	30.109.438	21.392.150
Equipamentos de informática	4.862.515	4.056.960
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.707.814	3.448.704
Veículos	496.340	123.921
Móveis e Utensílios	2.815.298	1.456.168
Imobilizações em andamento	2.950.243	5.508.259
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24.046.204	14.070.526
Outras imobilizações	161.361	161.362
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(20.182.400)	(15.975.045)
INTANGÍVEIS	<u>1.541.553</u>	<u>491.148</u>
Direitos de uso de softwares	3.805.847	2.385.335
(-) Amortizações acumuladas	(2.264.294)	(1.894.187)
TOTAL DO ATIVO	<u>791.364.270</u>	<u>711.786.051</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais 1)

	Nota Explicativa	2.019	2.018
PASSIVO CIRCULANTE		<u>21.962.563</u>	<u>19.792.478</u>
Fornecedores		11.492.670	10.020.564
Obrigações trabalhistas	8.	6.845.763	5.890.684
Impostos, taxas e contribuições diversas	9.	2.765.243	2.499.150
Adiantamentos de clientes		36.516	226.399
Outras contas a pagar		822.372	1.155.681
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>7.368.089</u>	<u>8.061.932</u>
Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas		7.368.089	8.061.932
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>762.033.618</u>	<u>683.931.641</u>
Patrimônio social	10.	<u>762.033.618</u>	<u>683.931.641</u>
Patrimônio social		658.917.926	577.473.602
Superávit / (Déficit) do exercício		103.115.692	106.458.039
TOTAL DO PASSIVO		<u>791.364.270</u>	<u>711.786.051</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro – RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais 1)

	PERÍODO		
	De 01/JAN./2019	De 01/JAN./2018	
	Nota Explicativa	31/DEZ./2019	31/DEZ./2018
RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE		<u>293.335.173</u>	<u>284.029.205</u>
Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares		<u>293.335.173</u>	<u>284.029.205</u>
Convênios de saúde privados		283.706.121	275.694.150
Atendimentos a não conveniados		4.047.040	3.577.497
Outros serviços hospitalares – gratuidades		5.582.012	4.757.558
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		<u>(48.607.956)</u>	<u>(45.092.893)</u>
Glosas de convênios		(1.922.322)	(1.364.911)
Repasses		(41.069.223)	(38.908.610)
Serviços hospitalares – gratuidades		(5.582.012)	(4.757.558)
Descontos e Abatimentos		(34.399)	(61.814)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		<u>244.727.217</u>	<u>238.936.312</u>
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		<u>(60.647.204)</u>	<u>(61.696.127)</u>
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	11.	(60.647.204)	(61.696.127)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		<u>184.080.013</u>	<u>177.240.185</u>
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(116.015.416)</u>	<u>(104.678.577)</u>



Despesas com pessoal	12.	(77.154.153)	(70.204.403)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	13.	(26.202.120)	(22.112.197)
Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas		(7.233.146)	(7.191.106)
Depreciações e amortizações		(4.713.196)	(3.628.028)
Outras despesas gerais e administrativas		(1.738.388)	(2.523.600)
Outras Receitas Operacionais	14.	<u>1.025.586</u>	<u>980.757</u>
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		<u>68.064.598</u>	<u>72.561.608</u>
Despesas e Receitas Financeiras		<u>35.051.094</u>	<u>33.896.431</u>
Despesas Financeiras		(102.458)	(102.107)
Receitas Financeiras		35.153.551	33.998.538
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		<u>103.115.692</u>	<u>106.458.039</u>
BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO		<u>0</u>	<u>0</u>
ISENÇÕES E IMUNIDADES	15.	<u>(42.365.151)</u>	<u>(43.339.823)</u>
COFINS		(7.341.816)	(7.168.089)
Contribuição Social sobre o Lucro		(9.280.412)	(9.581.224)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(25.742.923)	(26.590.510)
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>103.115.692</u>	<u>106.458.039</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em Reais 1)

CONTA	PATRIMÔNIO SOCIAL		TOTAL
	Superávits e Déficits Acumulados	Superávit do Exercício	
DESCRIÇÃO			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	467.118.325	110.339.042	577.457.367
Transferência para Patrimônio Social	110.339.042	(110.339.042)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores		16.235	16.235
Superávit / (Déficit) do Exercício		106.458.039	106.458.039
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	577.457.367	106.474.274	683.931.641
Transferência para Patrimônio Social	106.474.274	(106.474.274)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores		(25.013.715)	(25.013.715)
Superávit / (Déficit) do Exercício		103.115.692	103.115.692
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	683.931.641	78.101.977	762.033.618

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
(Em Reais 1)

	PERÍODO DE	
	01/JAN./2019 A 31/DEZ./2019	01/JAN./2018 A 31/DEZ./2018
1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	101.022.890	89.659.668
Resultado líquido ajustado	81.607.647	110.757.353
Resultado do exercício	103.115.692	106.458.039
Ajustes		
Depreciações e amortizações	4.713.196	3.628.028
Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos	(792.699)	723.945
Baixas de bens do imobilizado	7.276	1.045
Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar	(422.103)	(69.939)
Transferências para o patrimônio social	(25.013.715)	16.235
Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante	17.245.159	(20.545.104)
Clientes e outros recebíveis	19.792.882	(19.594.503)
Estoques	(2.547.723)	(950.600)
Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante	2.170.085	(552.581)
Fornecedores	1.472.106	35.658
Obrigações trabalhistas	955.079	222.237
Impostos, taxas e contribuições diversas	266.093	(377.290)
Prestadores de serviços	(189.884)	18.751
Outras contas a pagar	(333.309)	(451.938)
2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(19.789.942)	(10.062.552)
Aquisição de investimentos	0	0
Aquisições do imobilizado	(18.923.321)	(9.823.540)
Aquisições de intangíveis	(1.050.405)	(133.050)
Outros valores a receber	183.684	(105.962)
3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0	0



VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>35.153.551</u>	<u>33.998.538</u>
Receitas Financeiras	35.153.551	33.998.538
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>248.252.652</u>	<u>245.651.782</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Custos com Material de Uso e Consumo com Ativ. de Saúde	60.647.204	61.696.127
Custos com Pessoal e Encargos com Ativ. de Saúde	77.154.153	70.204.403
Serviços técnicos e especializados de terceiros com Ativ. de Saúde	7.233.146	7.191.106
Despesas Financeiras	102.458	102.107
Superávit / (Déficit) do Exercício	103.115.692	106.458.039
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>248.252.652</u>	<u>245.651.782</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Rio de Janeiro - RJ

**POLITICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

1. Informações Gerais

O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a:

- a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade;
- c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde;
- d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins;
- e) Gerenciar serviços de saúde;
- f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e
- g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRATICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial:

- a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade,
- b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros;
- c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:



2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3 Estoques

Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4 Investimentos

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5 Imobilizado

Os Itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos.

2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.



2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda.

A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável.

2.10 Ajuste ao valor presente

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foi calculado com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuados nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contam a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.



2.11 Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos.
- b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.



4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2019 Em Reais (1)
Caixa e bancos	994.101
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>656.969.648</u>
	657.963.750

5. Outras Contas a Receber

	2019 Em Reais (1)
Adiantamentos a funcionários	358.768
Adiantamentos a fornecedores	621.096
Importações em andamento	5.706.767
Outros valores a receber (despesas antecipadas)	<u>638.517</u>
	7.325.149

6. Estoques

	2019 Em Reais (1)
Medicamentos e materiais hospitalares	8.001.256
Orteses e próteses	1.154.799
Outros estoques	<u>678.486</u>
	9.834.541



7. Imobilizado

2019
Em Reais (1)

Grupo de bens	Valor Justo	Depreciação Acumulada	Taxa de Depreciação ao Ano	Valor Residual
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	30.109.438,13	-11.929.061,47	10% a 20%	18.180.377
Equipamentos de informática	4.862.515,04	-3.255.633,18	10% a 20%	1.606.882
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.707.814,15	-1.451.544,99	10% a 20%	2.256.269
Veículos	496.340,10	-87.571,33	20%	408.769
Móveis e Utensílios	2.815.298,14	-824.075,21	10% a 20%	1.991.223
Imobilizações em andamento	2.950.243,08	0	0%	2.950.243
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24.046.204,32	-2.523.566,22	4% a 10%	21.522.638
Outras imobilizações	161.360,69	- 110.947,62	10% a 20%	50.413
TOTAL	69.149.214	-20.182.400		48.966.814

8. Obrigações trabalhistas

2019
Em Reais (1)

Salários a Pagar	0,00
Férias a pagar	6.845.763
	<hr/>
	6.845.763

9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

2017
Em Reais (1)

Impostos a recolher/outras taxas	408.582
Contribuições e encargos sociais e previdenciários	2.356.661
	<hr/>

2.765.243



10. Patrimônio Social

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais.

	2019 Em Reais (1)
Material hospitalar	9.975.705
Drogas e medicamentos	26.897.833
Orteses e próteses	23.372,077
Outros gastos	<u>1.401.588</u>
	60.647.204

12. Despesas com Pessoal

	2019 Em Reais (1)
Salários e ordenados	40.813.696
Encargos sociais e previdenciários	23.711.503
Benefícios	<u>12.628.953</u>
	77.154.153

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais (em azul)

	2019 Em Reais (1)
Utilidades e serviços	3.258.084
Material de consumo	4.195.636
Manutenção e locação	12.127.758
Gêneros alimentícios	2.982.658
Outros gastos	<u>3.637.984</u>
	26.202.120

14. Outras Receitas Operacionais



	2019 Em Reais (1)
Alugueis	147.079
Recuperação de despesas	238.011
Donativos	551.606
Outras receitas	88.890
	<hr/> 1.025.586

15. Isenções e Imunidades

15.1 Imunidade

O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea "c", do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988.

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir.

TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO	2019 Em Reais (1)
- COFINS	(7.341.816)
- Contribuição Social sobre o Lucro	(9.280.412)
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(25.742.923)

16. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

17. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 30 de janeiro de 2020.



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administrados do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**. Rio de Janeiro.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de Dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações



significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2020.

EVR AUDITORES INDEPENDENTES - 2SP036695/O-6 "RJ".

EMERSON VARGAS RODRIGUES

CONTADOR: 1SP 186638/O-3

CNAI: 1922

IBRACON: 4108



São Paulo, 13 de março de 2.020.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – HSVP
Ir. Cristina e Ir. Jacira

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 007/20
Período abrangência dos exames de auditoria: **Exercício 2.019**

Apresentamos o relatório analítico auditoria do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício referente **Exercício de 2019**, com as demonstrações financeiras:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas

Continuamos a inteira disposição;

Atenciosamente

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR CRC- 1SP 186.638/0-3
AUDITOR INDEPENDENTE – CFC CNAI – 1922
IBRACON – INSTITUTO BRASILEIRO AUDITORES INDEPENDENTES – 4108



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O
(Em Reais 1)

	Nota Explicativa	2.019	2.018
ATIVO CIRCULANTE		<u>740.715.776</u>	<u>676.728.087</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.	<u>657.963.750</u>	<u>576.730.902</u>
Caixa e bancos		994.101	2.602.528
Aplicações financeiras de liquidez imediata		656.969.648	574.128.374
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		<u>72.917.485</u>	<u>92.710.367</u>
Convênios médicos e atendimentos particulares		69.034.910	89.125.432
Outras contas e receber	5.	7.325.149	8.033.225
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.442.574)	(4.448.290)
ESTOQUES		<u>9.834.541</u>	<u>7.286.818</u>
Medicamentos e materiais de consumo	6.	9.834.541	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>50.648.494</u>	<u>35.057.964</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>140.127</u>	<u>323.811</u>
Contingências judiciais		140.127	323.811
IMOBILIZADO	7.	<u>48.966.814</u>	<u>34.243.005</u>



Máquinas, aparelhos e equipamentos	30.109.438	21.392.150
Equipamentos de informática	4.862.515	4.056.960
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.707.814	3.448.704
Veículos	496.340	123.921
Móveis e Utensílios	2.815.298	1.456.168
Imobilizações em andamento	2.950.243	5.508.259
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24.046.204	14.070.526
Outras imobilizações	161.361	161.362
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(20.182.400)	(15.975.045)
INTANGÍVEIS	<u>1.541.553</u>	<u>491.148</u>
Direitos de uso de softwares	3.805.847	2.385.335
(-) Amortizações acumuladas	(2.264.294)	(1.894.187)
TOTAL DO ATIVO	<u>791.364.270</u>	<u>711.786.051</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais 1)

	Nota Explicativa	2.019	2.018
PASSIVO CIRCULANTE		<u>21.962.563</u>	<u>19.792.478</u>
Fornecedores		11.492.670	10.020.564
Obrigações trabalhistas	8.	6.845.763	5.890.684
Impostos, taxas e contribuições diversas	9.	2.765.243	2.499.150
Adiantamentos de clientes		36.516	226.399
Outras contas a pagar		822.372	1.155.681
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>7.368.089</u>	<u>8.061.932</u>
Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas		7.368.089	8.061.932
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>762.033.618</u>	<u>683.931.641</u>
Patrimônio social	10.	<u>762.033.618</u>	<u>683.931.641</u>
Patrimônio social		658.917.926	577.473.602
Superávit / (Déficit) do exercício		103.115.692	106.458.039
TOTAL DO PASSIVO		<u>791.364.270</u>	<u>711.786.051</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro – RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais 1)

	PERÍODO		
	De 01/JAN./2019	De 01/JAN./2018	
	Nota Explicativa	31/DEZ./2019	31/DEZ./2018
RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE		<u>293.335.173</u>	<u>284.029.205</u>
Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares		<u>293.335.173</u>	<u>284.029.205</u>
Convênios de saúde privados		283.706.121	275.694.150
Atendimentos a não conveniados		4.047.040	3.577.497
Outros serviços hospitalares – gratuidades		5.582.012	4.757.558
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		<u>(48.607.956)</u>	<u>(45.092.893)</u>
Glosas de convênios		(1.922.322)	(1.364.911)
Repasses		(41.069.223)	(38.908.610)
Serviços hospitalares – gratuidades		(5.582.012)	(4.757.558)
Descontos e Abatimentos		(34.399)	(61.814)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		<u>244.727.217</u>	<u>238.936.312</u>
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS		<u>(60.647.204)</u>	<u>(61.696.127)</u>
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	11.	(60.647.204)	(61.696.127)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		<u>184.080.013</u>	<u>177.240.185</u>
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(116.015.416)</u>	<u>(104.678.577)</u>



Despesas com pessoal	12.	(77.154.153)	(70.204.403)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	13.	(26.202.120)	(22.112.197)
Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas		(7.233.146)	(7.191.106)
Depreciações e amortizações		(4.713.196)	(3.628.028)
Outras despesas gerais e administrativas		(1.738.388)	(2.523.600)
Outras Receitas Operacionais	14.	<u>1.025.586</u>	<u>980.757</u>
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		<u>68.064.598</u>	<u>72.561.608</u>
Despesas e Receitas Financeiras		<u>35.051.094</u>	<u>33.896.431</u>
Despesas Financeiras		(102.458)	(102.107)
Receitas Financeiras		35.153.551	33.998.538
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		<u>103.115.692</u>	<u>106.458.039</u>
BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO		<u>0</u>	<u>0</u>
ISENÇÕES E IMUNIDADES	15.	<u>(42.365.151)</u>	<u>(43.339.823)</u>
COFINS		(7.341.816)	(7.168.089)
Contribuição Social sobre o Lucro		(9.280.412)	(9.581.224)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(25.742.923)	(26.590.510)
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>103.115.692</u>	<u>106.458.039</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em Reais 1)

CONTA	PATRIMÔNIO SOCIAL		TOTAL
	Superávits e Déficits Acumulados	Superávit do Exercício	
DESCRIÇÃO			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	467.118.325	110.339.042	577.457.367
Transferência para Patrimônio Social	110.339.042	(110.339.042)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores		16.235	16.235
Superávit / (Déficit) do Exercício		106.458.039	106.458.039
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	577.457.367	106.474.274	683.931.641
Transferência para Patrimônio Social	106.474.274	(106.474.274)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores		(25.013.715)	(25.013.715)
Superávit / (Déficit) do Exercício		103.115.692	103.115.692
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	683.931.641	78.101.977	762.033.618

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
(Em Reais 1)

	PERÍODO DE	
	01/JAN./2019	01/JAN./2018
	A	A
	31/DEZ./2019	31/DEZ./2018
1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>101.022.890</u>	<u>89.659.668</u>
Resultado líquido ajustado	<u>81.607.647</u>	<u>110.757.353</u>
Resultado do exercício	103.115.692	106.458.039
Ajustes		
Depreciações e amortizações	4.713.196	3.628.028
Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos	(792.699)	723.945
Baixas de bens do imobilizado	7.276	1.045
Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar	(422.103)	(69.939)
Transferências para o patrimônio social	(25.013.715)	16.235
Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante	<u>17.245.159</u>	<u>(20.545.104)</u>
Clientes e outros recebíveis	19.792.882	(19.594.503)
Estoques	(2.547.723)	(950.600)
Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante	<u>2.170.085</u>	<u>(552.581)</u>
Fornecedores	1.472.106	35.658
Obrigações trabalhistas	955.079	222.237
Impostos, taxas e contribuições diversas	266.093	(377.290)
Prestadores de serviços	(189.884)	18.751
Outras contas a pagar	(333.309)	(451.938)
2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(19.789.942)</u>	<u>(10.062.552)</u>
Aquisição de investimentos	0	0
Aquisições do imobilizado	(18.923.321)	(9.823.540)
Aquisições de intangíveis	(1.050.405)	(133.050)
Outros valores a receber	183.684	(105.962)
3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>0</u>	<u>0</u>



VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>35.153.551</u>	<u>33.998.538</u>
Receitas Financeiras	35.153.551	33.998.538
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>248.252.652</u>	<u>245.651.782</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Custos com Material de Uso e Consumo com Ativ. de Saúde	60.647.204	61.696.127
Custos com Pessoal e Encargos com Ativ. de Saúde	77.154.153	70.204.403
Serviços técnicos e especializados de terceiros com Ativ. de Saúde	7.233.146	7.191.106
Despesas Financeiras	102.458	102.107
Superávit / (Déficit) do Exercício	103.115.692	106.458.039
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>248.252.652</u>	<u>245.651.782</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Rio de Janeiro - RJ

**POLITICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

1. Informações Gerais

O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a:

- a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade;
- c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde;
- d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins;
- e) Gerenciar serviços de saúde;
- f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e
- g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRATICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial:

- a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade,
- b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros;
- c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:



2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3 Estoques

Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4 Investimentos

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5 Imobilizado

Os Itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos.

2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.



2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda.

A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável.

2.10 Ajuste ao valor presente

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foi calculado com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuados nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contam a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.



2.11 Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos.
- b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.



4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2019 Em Reais (1)
Caixa e bancos	994.101
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>656.969.648</u>
	657.963.750

5. Outras Contas a Receber

	2019 Em Reais (1)
Adiantamentos a funcionários	358.768
Adiantamentos a fornecedores	621.096
Importações em andamento	5.706.767
Outros valores a receber (despesas antecipadas)	<u>638.517</u>
	7.325.149

6. Estoques

	2019 Em Reais (1)
Medicamentos e materiais hospitalares	8.001.256
Orteses e próteses	1.154.799
Outros estoques	<u>678.486</u>
	9.834.541



7. Imobilizado

2019
Em Reais (1)

Grupo de bens	Valor Justo	Depreciação Acumulada	Taxa de Depreciação ao Ano	Valor Residual
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	30.109.438,13	-11.929.061,47	10% a 20%	18.180.377
Equipamentos de informática	4.862.515,04	-3.255.633,18	10% a 20%	1.606.882
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.707.814,15	-1.451.544,99	10% a 20%	2.256.269
Veículos	496.340,10	-87.571,33	20%	408.769
Móveis e Utensílios	2.815.298,14	-824.075,21	10% a 20%	1.991.223
Imobilizações em andamento	2.950.243,08	0	0%	2.950.243
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24.046.204,32	-2.523.566,22	4% a 10%	21.522.638
Outras imobilizações	161.360,69	- 110.947,62	10% a 20%	50.413
TOTAL	69.149.214	-20.182.400		48.966.814

8. Obrigações trabalhistas

2019
Em Reais (1)

Salários a Pagar	0,00
Férias a pagar	6.845.763
	<hr/>
	6.845.763

9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

2017
Em Reais (1)

Impostos a recolher/outras taxas	408.582
Contribuições e encargos sociais e previdenciários	2.356.661
	<hr/>

2.765.243



10. Patrimônio Social

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais.

	2019 Em Reais (1)
Material hospitalar	9.975.705
Drogas e medicamentos	26.897.833
Orteses e próteses	23.372,077
Outros gastos	<u>1.401.588</u>
	60.647.204

12. Despesas com Pessoal

	2019 Em Reais (1)
Salários e ordenados	40.813.696
Encargos sociais e previdenciários	23.711.503
Benefícios	<u>12.628.953</u>
	77.154.153

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais (em azul)

	2019 Em Reais (1)
Utilidades e serviços	3.258.084
Material de consumo	4.195.636
Manutenção e locação	12.127.758
Gêneros alimentícios	2.982.658
Outros gastos	<u>3.637.984</u>
	26.202.120

14. Outras Receitas Operacionais



	2019 Em Reais (1)
Aluguéis	147.079
Recuperação de despesas	238.011
Donativos	551.606
Outras receitas	88.890
	<hr/> 1.025.586

15. Isenções e Imunidades

15.1 Imunidade

O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea “c”, do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988.

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir.

TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO	2019 Em Reais (1)
- COFINS	(7.341.816)
- Contribuição Social sobre o Lucro	(9.280.412)
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(25.742.923)

16. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

17. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 30 de janeiro de 2020.



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administrados do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**. Rio de Janeiro.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de Dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações



significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2020.

EVR AUDITORES INDEPENDENTES - 2SP036695/O-6 "RJ".

EMERSON VARGAS RODRIGUES

CONTADOR: 1SP 186638/O-3

CNAI: 1922

IBRACON: 4108



São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – HSVP
Ir. Cristina e Ir. Jacira

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 008/19

Período abrangência dos exames de auditoria: **julho/2018 a dezembro/2018.**

Apresentamos o relatório analítico auditoria do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício referente 2º. Semestre do ano de 2018, com as demonstrações financeiras:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas

Continuamos a inteira disposição;

Atenciosamente

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR CRC- 1SP 186.638/0-3
AUDITOR INDEPENDENTE – CFC CNAI – 1922
IBRACON – INSTITUTO BRASILEIRO AUDITORES INDEPENDENTES – 4108



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

(Em Reais 1)

	Nota Explicativa	2.018	2.017
ATIVO CIRCULANTE		<u>676.728.087</u>	<u>576.585.867</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.	<u>576.730.902</u>	<u>497.133.786</u>
Caixa e bancos		2.602.528	1.849.775
Aplicações financeiras de liquidez imediata		574.128.374	495.284.011
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		<u>92.710.367</u>	<u>73.115.864</u>
Convênios médicos e atendimentos particulares		89.125.432	74.698.802
Outras contas e receber	5.	8.033.225	2.141.407
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.448.290)	(3.724.346)
ESTOQUES		<u>7.286.818</u>	<u>6.336.218</u>
Medicamentos e materiais de consumo	6.		6.336.218
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>35.057.964</u>	<u>29.348.429</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>323.811</u>	<u>217.849</u>
Contingências judiciais		323.811	217.849
IMOBILIZADO	7.	<u>34.243.005</u>	<u>28.534.542</u>



Máquinas, aparelhos e equipamentos	21.392.150	18.759.115
Equipamentos de informática	4.056.960	3.271.965
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.448.704	3.337.436
Veículos	123.921	273.249
Móveis e Utensílios	1.456.168	1.342.883
Imobilizações em andamento	5.508.259	553.339
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14.070.526	13.585.755
Outras imobilizações	161.362	150.235
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(15.975.045)	(12.739.435)
INTANGÍVEIS	491.148	596.039
Direitos de uso de softwares	2.385.335	2.252.285
(-) Amortizações acumuladas	(1.894.187)	(1.656.246)
TOTAL DO ATIVO	711.786.051	605.934.297

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais 1)

	Nota	2.018	2.017
	Explicativa		
PASSIVO CIRCULANTE		<u>19.792.478</u>	<u>20.345.059</u>
Fornecedores		10.020.564	9.984.906
Obrigações trabalhistas	8.	5.890.684	5.668.447
Impostos, taxas e contribuições diversas	9.	2.499.150	2.876.440
Adiantamentos de clientes		226.399	207.648
Outras contas a pagar		1.155.681	1.607.619
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>8.061.932</u>	<u>8.131.871</u>
Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas		8.061.932	8.131.871
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>683.931.641</u>	<u>577.457.367</u>
Patrimônio social	10.	<u>683.931.641</u>	<u>577.457.367</u>
Patrimônio social		577.473.602	467.118.325
Superávit / (Déficit) do exercício		106.458.039	110.339.042
TOTAL DO PASSIVO		<u>711.786.051</u>	<u>605.934.297</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais 1)

	PERÍODO	
	De 01/JAN./2018 31/DEZ./2018	De 01/JAN./2017 31/DEZ./2017
RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	284.029.205	281.591.153
Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares	284.029.205	281.591.153
Convênios de saúde privados	275.694.150	273.766.424
Atendimentos a não conveniados	3.577.497	3.158.306
Outros serviços hospitalares - gratuidades	4.757.558	4.666.423
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(45.092.893)	(41.311.894)
Glosas de convênios	(1.364.911)	(2.470.079)
Repasses	(38.908.610)	(34.047.140)
Serviços hospitalares - gratuidades	(4.757.558)	(4.666.423)
Descontos e Abatimentos	(61.814)	(128.252)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	238.936.312	240.279.259
CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	(61.696.127)	(57.880.788)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	11. (61.696.127)	(57.880.788)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	177.240.185	182.398.471



RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(104.678.577)</u>	<u>(115.096.515)</u>
Despesas com pessoal	12.	(70.204.403)	(72.545.262)
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais	13.	(22.112.197)	(23.627.391)
Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas		(7.191.106)	(8.144.844)
Depreciações e amortizações		(3.628.028)	(3.858.247)
Outras despesas gerais e administrativas		(2.523.600)	(8.082.805)
Outras Receitas Operacionais	14.	<u>980.757</u>	<u>1.162.033</u>
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		<u>72.561.608</u>	<u>67.301.956</u>
Despesas e Receitas Financeiras		<u>33.896.431</u>	<u>43.037.086</u>
Despesas Financeiras		(102.107)	(98.185)
Receitas Financeiras		33.998.538	43.135.271
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		<u>106.458.039</u>	<u>110.339.042</u>
BENEFICIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO		<u>43.339.823</u>	<u>44.699.669</u>
ISENÇÕES E IMUNIDADES	15.	<u>(43.339.823)</u>	<u>(44.699.669)</u>
COFINS		(7.168.089)	(7.208.378)
Contribuição Social sobre o Lucro		(9.581.224)	(9.930.531)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(26.590.510)	(27.560.761)
SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>106.458.039</u>	<u>110.339.042</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em Reais 1)

CONTA	PATRIMÔNIO SOCIAL		TOTAL
	Superávits e Déficits Acumulados	Superávit do Exercício	
DESCRIÇÃO			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	382.779.691	84.256.708	467.036.399
Transferência para Patrimônio Social	84.256.708	(84.256.708)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores	81.926		81.926
Superávit / (Déficit) do Exercício		110.339.042	110.339.042
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	467.118.325	110.339.042	577.457.367
Transferência para Patrimônio Social	110.339.042	(110.339.042)	0
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	16.235	16.235
Superávit / (Déficit) do Exercício		106.458.039	106.458.039
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	577.457.367	106.474.274	683.931.641

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
(Em Reais 1)

	PERÍODO DE	
	01/JAN./2018 A 31/DEZ./2018	01/JAN./2017 A 31/DEZ./2017
1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>89.659.668</u>	<u>100.458.935</u>
Resultado líquido ajustado	<u>110.757.353</u>	<u>120.390.183</u>
Resultado do exercício	106.458.039	110.339.042
Ajustes		
Depreciações e amortizações	3.628.028	3.858.247
Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos	723.945	2.605.480
Baixas de bens do imobilizado	1.045	116.162
Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar	(69.939)	3.389.327
Transferências para o patrimônio social	16.235	81.926
Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante	<u>(20.545.104)</u>	<u>(20.327.498)</u>
Cientes e outros recebíveis	(19.594.503)	(18.526.872)
Estoques	(950.600)	(1.800.626)
Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante	<u>(552.581)</u>	<u>396.249</u>
Fornecedores	35.658	1.290.400
Obrigações trabalhistas	222.237	(170.159)
Impostos, taxas e contribuições diversas	(377.290)	63.987
Prestadores de serviços	18.751	(36.182)
Outras contas a pagar	(451.938)	(751.797)
2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(10.062.552)</u>	<u>(3.268.479)</u>
Aquisição de investimentos	0	0
Aquisições do imobilizado	(9.823.540)	(3.347.257)



Aquisições de intangíveis	(133.050)	(174.336)
Outros valores a receber	(105.962)	253.114
3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>0</u>	<u>0</u>
4 - VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO	<u>79.597.116</u>	<u>97.190.456</u>
5 - RESUMO	<u> </u>	<u> </u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	497.133.786	399.943.330
Varição das disponibilidades no período	79.597.116	97.190.456
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	576.730.902	497.133.786

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO		
(Em Reais 1)		
	2.018	2.017
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		
RECEITAS	<u>239.917.068</u>	<u>241.441.291</u>
Prestação de serviços hospitalares	284.029.205	281.591.153
Outras Receitas Operacionais	980.757	1.162.033
(-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos	(45.092.894)	(41.311.895)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>(24.635.796)</u>	<u>(31.710.194)</u>
Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo	(22.112.197)	(23.627.391)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.523.599)	(8.082.804)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>215.281.272</u>	<u>209.731.097</u>



RETENÇÕES	<u>(3.628.028)</u>	<u>(3.858.247)</u>
Depreciações, Amortizações e Exaustões	(3.628.028)	(3.858.247)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>211.653.244</u>	<u>205.872.850</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>33.998.538</u>	<u>43.135.271</u>
Receitas Financeiras	33.998.538	43.135.271
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>245.651.782</u>	<u>249.008.121</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Custos com Material de Uso e Consumo com Ativ. de Saúde	61.696.127	57.880.788
Custos com Pessoal e Encargos com Ativ. de Saúde	70.204.403	72.545.262
Serviços técnicos e especializados de terceiros com Ativ. de Saúde	7.191.106	8.144.844
Despesas Financeiras	102.107	98.185
Superávit / (Déficit) do Exercício	106.458.039	110.339.042
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>245.651.782</u>	<u>249.008.121</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Rio de Janeiro - RJ

POLITICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. Informações Gerais

O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a:

- a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade;
- c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde;
- d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins;
- e) Gerenciar serviços de saúde;
- f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e
- g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRATICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial:

- a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade,
- b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros;
- c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:



2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3 Estoques

Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4 Investimentos

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5 Imobilizado

Os Itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos.



2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.

2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda.

A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável.

2.10 Ajuste ao valor presente

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuada nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.



Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.

2.11 Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos.
- b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.



4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2018 Em Reais (1)
Caixa e bancos	2.602.528
Aplicações financeiras de liquidez imediata	574.128.374
	<hr/> 576.730.902

5. Outras Contas a Receber

	2018 Em Reais (1)
Adiantamentos a funcionários	320.873
Adiantamentos a fornecedores	722.164
Importações em andamento	6.735.190
Outros valores a receber (despesas antecipadas)	254.997
	<hr/> 8.033.225

6. Estoques

	2018 Em Reais (1)
Medicamentos e materiais hospitalares	5.556.196
Orteses e próteses	1.099.046
Outros estoques	631.576
	<hr/> 7.286.818



7. Imobilizado

2018
Em Reais (1)

Grupo de bens	Valor Justo	Depreciação Acumulada	Taxa de Depreciação ao Ano	Valor Residual
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	21.392.150	-9.466.872	10% a 20%	11.925.278
Equipamentos de informática	4.056.960	-2.674.329	10% a 20%	1.382.631
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.448.704	-1.095.796	10% a 20%	2.352.909
Veículos	123.921	-123.921	20%	0
Móveis e Utensílios	1.456.168	-593.899	10% a 20%	862.269
Imobilizações em andamento	5.508.259	0	0%	5.508.259
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14.070.526	-1.924.406	4% a 10%	12.146.120
Outras imobilizações	161.361	-95.822	10% a 20%	65.539
TOTAL	50.218.049	-15.975.045		34.243.005

8. Obrigações trabalhistas

2018
Em Reais (1)

Salários a Pagar	0,00
Férias a pagar	5.890.684
	<hr/>
	5.890.684

9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

2017
Em Reais (1)

Impostos a recolher/outros taxas	370.673
Contribuições e encargos sociais e previdenciários	2.128.477
	<hr/>
	2.499.150



10. Patrimônio Social

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

	2018 Em Reais (1)
Material hospitalar	10.082.878
Drogas e medicamentos	27.422.776
Orteses e próteses	22.900.198
Outros gastos	1.290.275
	<hr/> 61.696.127

12. Despesas com Pessoal

	2018 Em Reais (1)
Salários e ordenados	36.049.514
Encargos sociais e previdenciários	22.727.084
Benefícios	11.427.805
	<hr/> 70.204.403

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

	2018 Em Reais (1)
Utilidades e serviços	2.672.472
Material de consumo	3.448.570
Manutenção e locação	10.013.495
Gêneros alimentícios	2.843.622
Outros gastos	3.134.038
	<hr/> 22.112.197



14. Outras Receitas Operacionais

	2018 Em Reais (1)
Aluguéis	141.271
Recuperação de despesas	323.291
Donativos	330.218
Outras receitas	185.977
	<hr/>
	980.757

15. Isenções e Imunidades

15.1 Imunidade

O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea "c", do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988.

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir.

TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO	2018 Em Reais (1)
- COFINS	(7.168.089)
- Contribuição Social sobre o Lucro	(9.581.224)
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(26.590.510)

16. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

17. Aprovação das Demonstrações Financeiras



Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 30 de janeiro de 2018.

Fim do relatório

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administrados do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de Dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista



para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam



as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2.019.

EVR AUDITORES INDEPENDENTES - 2SP036695/O-6 "RJ".

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR: 1SP 186638/O-3
CNAI: 1922
IBRACON: 4108

Contribuinte,

Confira as informações cadastrais no comprovante e, se houver qualquer divergência, providencie a sua atualização na unidade de cadastro indicada.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Cadastro de Contribuintes do ICMS

INSCR. ESTADUAL
10.011.604

DATA INSCRIÇÃO
24/06/2013

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

CONTRIBUINTE (Nome/Razão Social)
HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)

CNPJ/CPF 18.010.750/0001-00	NATUREZA JURIDICA OUTRAS ENTIDADES S/ FIM LUCRATIVO
--------------------------------	--

ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE)

PRINCIPAL

SECUNDÁRIAS

NATUREZA DO ESTABELECIMENTO
UNIDADE OPERACIONAL

ENDEREÇO COMPLETO
RUA GONCALVES CRESPO,430
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP 20270-320

REGIME DE TRIBUTAÇÃO REGIME NORMAL	SITUAÇÃO CADASTRAL BAIXADO (VIDE OBS)
---------------------------------------	--

UNIDADE DE CADASTRO 6402 - IRF NORTE	RF ACOMP 6402
---	------------------

OBSERVAÇÃO
INSCRIÇÃO BAIXADA A PEDIDO A PARTIR DE 16/05/2016

Emitido em 17/05/2016 09:02:29, nos termos da Resolução SER nº 67/2003

Cai grau de endividamento e aumenta capacidade de poupar do consumidor

Pesquisa da Boa Vista SCPC sobre Endividamento, Poder de Compra e Capacidade de Pagamento do Consumidor identificou queda de 7p.p. (pontos percentuais) no grau de endividamento em relação ao mesmo período de 2017. Realizada entre os dias 30 de janeiro e 28 de fevereiro, com mais de 800 pessoas, em todo o Brasil, a pesquisa eletrônica constatou que em média 13% dos consumidores consideram-se muito endividados. No ano passado, este percentual foi de 20%. Já 26% afirmaram estar mais ou menos endividados. 42% um pouco endividados e 19% alegaram não ter dívidas. Um aumento de 8p.p. em relação a 2017. A imagem a seguir contém os detalhes.

Sobre a percepção do poder de compra, houve um aumento do percentual dos consumidores que têm comprado mais. Em 2017,

11% tinham esta percepção, e agora são 19%. Por outro lado, caiu de 65% para 49% os que afirmam estar comprando menos em 2018, na comparação com o ano passado.

Para os que estão conseguindo manter o poder de compra, de um modo geral, prevalece a busca por qualidade ao realizarem a compra dos diversos itens da casa, em detrimento da promoção ou da marca.

A Boa Vista também identificou a capacidade de poupar dos brasileiros. Passou de 23% para 33% aqueles que afirmaram estar conseguindo poupar nos últimos seis anos. Já sete em cada 10 informaram que não têm conseguido economizar. Por sua vez, a poupança (60%) é o investimento mais usado, seguida de previdência privada (13%) e fundos, ações, CDB e outras modalidades (31%).

A pesquisa também inves-

tigou a suficiência da renda familiar no pagamento dos gastos fixos da casa (como conta de água, luz, telefone, TV paga, conta do celular), no fim do mês. A dificuldade em pagar estes gastos atinge cerca de 50% dos consumidores.

Ainda segundo o estudo, 62% dos entrevistados se consideram um consumidor "equilibrado". Aquele que compra o necessário, mas que, às vezes, excede os gastos. 27% definiram-se "conservadores", que compram o mínimo possível e somente quando precisam, e 11% "consumistas", que compram além do necessário.

A Pesquisa da Boa Vista SCPC sobre o Endividamento, Poder de Compra e Capacidade de Pagamento do Consumidor utilizou a metodologia quantitativa e foi realizada por meio de consulta eletrônica de 30 de janeiro a 28 de fevereiro.

Ceagesp tem alta de 0,21% em março

O Índice de Preços da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) encerrou o mês de março com alta de 0,21% em relação ao mês anterior. O índice é usado como sinalizador de preços de alimentos frescos no mercado. Segundo a Ceagesp, apesar da média de chuvas ter sido semelhante à média histórica para o período, a concentração de precipitação para o final do mês prejudicou as culturas de verduras, porém, sem reflexos nos preços em março.

Os setores de legumes e verduras registraram baixa nos preços, compensando, parcialmente, as fortes altas ocorridas do início do ano. Em janeiro, o setor de frutas registrou alta de 0,74%. As principais altas foram nos preços do mamão havaí (89,9%), do caju (34%), do mamão formosa (33,3%), da melancia (20,4%) e da laranja pera (18%).

As principais quedas ocorreram com o kiwi estrangeiro (-29%), com a pera estrangeira d'Anjou (-23,5%), com a maçã nacional fuji (-14,4%) e com a jaca (-13%).

O setor de legumes registrou recuo de 3,99%. As principais baixas ocorreram com os pimentões amarelo (-28,3%), e vermelho (-22,8%), com o chuchu (-27,3%), com o cará (-18,8%) e com o inhame (-16%). As principais altas ocorreram com a cenoura (10,4%), com a vagem macarrão curta (7,8%), com o pepino comum (5,3%) e com o jiló (5,1%).

O setor de verduras apresentou baixa de 5,53%. As principais reduções ocorreram com a alface-americana (-22,3%), com a catalonha (-17,9%), com o almeirão pão de açúcar (-17,5%), com a cenoura com folhas (-15,8%), com a alface lisa (-15,3%) e com as alfaves hidropônicas lisa e mimosa (-14,7%). As principais altas foram do brócolis-ninja (12,3%), da couve-flor (9,4%) e da salsa (6,5%).

O setor de diversos apresentou alta de 0,79%. As principais altas ficaram por conta do alho estrangeiro chinês (15,2%), dos ovos brancos (11,1%), dos ovos vermelhos (10%) e do alho nacional (9,7%). As baixas ocorreram com a batata beneficiada lisa

(-8,3%) e com o amendoim com casca (-2,7%).

O setor de pescados teve alta de 4,7%. As principais altas foram da sardinha fresca (69,2%), do namorado (14,4%), da pescada tortinha (13,9%), do robalo (12,6%) e da corvina (12,3%). As principais baixas ocorreram com a tainha (-6,4%) e com o camarão ferro (-4,3%).

De acordo com dados da Ceagesp, o volume comercializado no entreposto de São Paulo totalizou no trimestre 824.418 toneladas ante 835.166 negociadas no mesmo período de 2017. Decréscimo de 1,29%, influenciado principalmente pelo setor de legumes que apresentou diminuição no volume de 4,27% em relação ao mesmo período do ano passado.

O volume comercializado em março deste ano, da ordem de 291.366 toneladas, registrou uma leve retração de 0,25%, em comparação a março de 2017, quando atingiu 292.087 toneladas. O Índice Ceagesp fechou o mês de março com alta de 0,21%, contida pela redução dos preços nos setores de legumes e verduras.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1)		Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1)		Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1)		
	2017	2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante	576.585.867	461.673.393	281.591.153	229.486.906	100.458.935	73.071.922
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	497.133.786	399.943.330			120.390.183	88.881.561
Caixa e bancos	1.849.775	2.017.759				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	495.284.011	397.925.572				
Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis	73.115.864	57.194.471				
Convênios médicos e atendimentos particulares	74.698.802	57.044.284				
Outras contas a receber (Nota 5)	2.141.407	1.269.053				
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.724.346)	(1.118.866)				
Estoques	6.336.218	4.535.592				
Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6)	6.336.218	4.535.592				
Ativo não Circulante	29.348.429	30.054.360				
Realizável a Longo Prazo	217.849	470.963				
Contingências judiciais	217.849	470.963				
Imobilizado (Nota 7)	28.534.542	28.743.572				
Máquinas, aparelhos e equipamentos	18.759.115	18.028.796				
Equipamentos de informática	3.271.965	3.012.184				
Instrumentos cirúrgicos e hospitalares	3.337.436	3.393.697				
Veículos	273.249	273.249				
Móveis e Utensílios	1.342.883	1.328.054				
Imobilizações em andamento	553.339	741.684				
Beneficentários em imóveis de terceiros	13.585.755	11.173.901				
Outras imobilizações	150.235	150.235				
(-) Depreciações e amortizações acumuladas	(12.739.435)	(9.358.228)				
Intangíveis	596.039	839.825				
Direitos de uso de softwares	2.252.285	2.077.949				
(-) Amortizações acumuladas	(1.656.246)	(1.238.124)				
Total do Ativo	605.934.297	491.727.753				
Passivo Circulante	20.345.059	19.948.810				
Fornecedores	9.984.906	8.730.688				
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	5.668.447	5.838.606				
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9)	2.876.440	2.812.453				
Adiantamentos de clientes	207.648	138.309				
Outras contas a pagar	1.607.619	2.428.754				
Passivo não Circulante	8.131.871	4.742.544				
Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas	8.131.871	4.742.544				
Patrimônio Líquido	577.457.367	467.036.399				
Patrimônio social (Nota 10)	577.457.367	467.036.399				
Patrimônio social	467.118.325	382.779.691				
Superávit / (Déficit) do exercício	110.339.042	84.256.708				
Total do Passivo	605.934.297	491.727.753				

Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1)		Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1)		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita com Prestação de Serviços em Saúde	281.591.153	229.486.906		
Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares	281.591.153	229.486.906		
Convênios de saúde privados	273.766.424	222.703.525		
Atendimentos a não conveniados	3.158.306	2.613.654		
Outros serviços hospitalares - gratuidades	4.666.423	4.169.727		
Deduções das Receitas	(41.311.894)	(37.709.524)		
Glosas de convênios	(2.470.079)	(4.146.490)		
Repasses	(34.047.140)	(29.248.170)		
Serviços hospitalares - gratuidades	(4.666.423)	(4.169.727)		
Descontos e Abatimentos	(128.252)	(145.137)		
Receita Operacional Líquida	240.279.259	191.777.382		
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(57.880.788)	(51.231.595)		
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 11)	(57.880.788)	(51.231.595)		
Resultado Operacional Bruto	182.398.471	140.545.787		
Receitas E Despesas Operacionais	(115.096.515)	(104.656.616)		
Despesas com pessoal (Nota 12)	(72.545.262)	(69.582.561)		
Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 13)	(23.627.391)	(22.805.923)		
Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas	(8.144.844)	(6.326.693)		
Depreciações e amortizações	(3.858.247)	(3.657.009)		
Outras despesas gerais e administrativas	(8.082.805)	(3.125.018)		
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	1.162.033	841.188		
Superávit / (Déficit) do Exercício antes das Despesas E Receitas Financeiras	67.301.956	35.889.171		
Despesas e Receitas Financeiras	43.037.086	48.367.537		
Despesas Financeiras	(98.185)	(78.804)		
Receitas Financeiras	43.135.271	48.446.341		
Superávit / (Déficit) do Exercício antes das Participações	110.339.042	84.256.708		
Benefício Tributário Auferido	44.699.669	34.376.522		
Isenções e Imunidades (Nota 15)	(7.208.378)	(5.753.241)		
COFINS	(9.930.531)	(7.583.104)		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(27.560.761)	(21.040.177)		
Superávit / (Déficit) do Exercício	110.339.042	84.256.708		

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de Dezembro (Em Reais 1)		
	2017	2016
Valor Adicionado a Distribuir	241.441.291	192.618.569
Receitas	281.591.153	229.486.906
Prestação de serviços hospitalares	1.162.033	841.188
Outras Receitas Operacionais	(41.311.895)	(37.709.525)
(-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos	(31.710.194)	(25.931.540)
Insumos Adquiridos de Terceiros	399.943.330	330.422.234
Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo	97.190.456	69.521.096
Outras despesas gerais e administrativas	497.133.786	399.943.330
Demonstração do Valor Adicionado em 31 de Dezembro (Em Reais 1)		
Valor Adicionado a Distribuir	241.441.291	192.618.569
Receitas	281.591.153	229.486.906
Prestação de serviços hospitalares	1.162.033	841.188
Outras Receitas Operacionais	(41.311.895)	(37.709.525)
(-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos	(31.710.194)	(25.931.540)
Insumos Adquiridos de Terceiros	399.943.330	330.422.234
Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo	97.190.456	69.521.096
Outras despesas gerais e administrativas	497.133.786	399.943.330

Políticas Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2017	
1. Informações Gerais. O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção. 2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade; b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira - e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descreveremos as práticas contábeis adotadas pela entidade: 2.1 Caixa e equivalentes de caixa. Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. 2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis. Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. 2.3 Estoques. Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). 2.4 Investimentos. Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas. 2.5 Imobilizado. Os itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa - imóveis e equipamentos de maior valia - estão registrados ao valor recuperável destes ativos. 2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações. As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais - unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento. 2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes. São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incomidas (passivos). 2.8 Provisões. As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita - e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas. 2.9 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment. Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda. A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa - hospital - ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável. 2.10 Ajuste ao valor presente. As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros - aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuadas nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício. Em relação aos ativos e passivos não financeiros - contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar - não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste. 2.11 Receitas, Custos e Despesas. As re-	

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF
Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ 18.010.750/0001-00
SCP
NOME EMPRESARIAL Hospital São Vicente de PAulo

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO 01/01/2017 a 31/12/2017	SITUAÇÃO Normal
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 2B.84.E5.25.06.A4.09.05.91.44.8D.6C.5E.6C.09.D9.26.9A.73.83	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Contador/Contabilista	76663230778	ROBERTO DA SILVA JORGE:76663230778	41294453202798053	02/08/2016 a 02/08/2019
Diretor	18010750000100	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO:18010750000100	163191235784463465236 32980843602157262	19/04/2016 a 18/04/2019

NÚMERO DO RECIBO:

2B.84.E5.25.06.A4.09.05.91.44.8D.6C.5
E.6C.09.D9.26.9A.73.83-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 20/07/2018 às 15:54:23

FA.32.B3.40.AC.EC.96.43
63.05.D1.81.A3.5D.05.38